RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

ASSENTAMENTO ESTRELA JARAGUARI

JARAGUARI/MS

CAMPO GRANDE, MS, ABRIL DE 2026

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

ASSENTAMENTO ESTRELA JARAGUARI

JARAGUARI/MS

Relatório técnico final Aspectos Socioeconômicos após a etapa de regularização fundiária/titulação no Assentamento Estrela Jaraguari, Jaraguari, MS.

CAMPO GRANDE, MS, ABRIL DE 2026

Projeto de Extensão

"Desenvolvimento de processos inovadores de supervisão ocupacional com o ímpeto de promover ações necessárias à titulação em projetos de assentamento federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul".

Parceria

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC.

Equipe Executora do Projeto

Fernando Lopes Nogueira - Advogado, professor do Curso de Direito - Coordenador Jurídico FADIR/UFMS

Tchoya Gardenal Fina do Nascimento - Advogada, professora do Curso de Direito - Coordenadora Geral FADIR/UFMS

Christiane M. Pitaluga - Economista, professora do Curso de Administração - Apoio Técnico à coordenação ESAN/UFMS

Leonardo Francisco F. Neto - Engenheiro Agrônomo, professor do Curso de Ciências Econômicas - Apoio Técnico à coordenação ESAN/UFMS

Loacir Silva - Médico Veterinário, professor do Curso de Medicina Veterinária - Apoio Técnico à coordenação FAMEZ/UFMS

Sandro Fabian Francilio Dornelles - Técnico-Administrativo em Educação - Coordenador Técnico FADIR/UFMS

Devanildo Braz da Silva - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS

Ludmar de Barros - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS

André Luis Kiyoshi Shimabukuro - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS

Marcio de Aquino - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação PROADI/UFMS

Douglas Junior F. de Queiróz - Bolsista do Curso de Engenharia de Produção FAENG/UFMS

Filipe C. Braga - Bolsista do Curso de Direito FADIR/UFMS

Joan Lucas O. Silva - Bolsista do Curso de Medicina FAMED/UFMS

Evelyn T. Siqueira - Bolsista do Curso de Engenharia de Produção FAENG/UFMS

Gabriela R. Q. Pereira - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS

Isabella C. Oliveira Souza - Bolsista do Curso de Direito FADIR/UFMS

Lucas C. da Silva - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS

Thislaynne Auxiliadora Pinto - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS

ÍNDICE

1. Introdução 6
2. Metodologia 12
3. Resultados 16
4. Considerações finais 67

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil se apresenta de forma relevante frente à economia rural haja vista sua forte contribuição, tanto para a geração de empregos no meio rural como também pelo fato de produzir alimentos e ainda oportunizar a segurança alimentar e nutricional a todos que dela dependem. Ela está no centro de diversos desafios e oportunidades (Sabourin *et. al*, 2025). Embora haja um amplo reconhecimento da sua importância, os agricultores familiares prosseguem lidando com uma diversidade de entraves seja de ordem econômica, estrutural, política e especialmente de inclusão produtiva.

Neste sentido, a reforma agrária no Brasil tem sido uma política pública central para a promoção da justiça social, redução das desigualdades e garantia de acesso à terra para trabalhadores rurais. Com o objetivo de redistribuir terras improdutivas para pequenos agricultores, essa política busca transformar a realidade do campo, proporcionando a esses trabalhadores a possibilidade de uma vida digna e autônoma (Fernandes, 2009; INCRA, 2020).

No entanto, a implementação dessa política enfrenta desafios significativos, especialmente em relação à titulação das terras e à sustentabilidade das unidades familiares assentadas. A titulação é um dos passos mais importantes nesse processo, pois confere ao assentado a segurança jurídica sobre sua propriedade, sendo fundamental para a continuidade de suas atividades produtivas e sua estabilidade social e econômica (Schneider, 2000; Brasil, 2020).

Embora a reforma agrária tenha permitido o acesso de muitas famílias a terra, a consolidação desse processo e a efetiva melhoria das condições de vida e trabalho no campo ainda são questões complexas. Ou seja, a titulação, por si só, não garante a prosperidade das famílias assentadas. Para que esse processo seja bem-sucedido, é necessário que a regularização fundiária seja acompanhada de políticas públicas contínuas e intersetoriais, que incluam assistência técnica, acesso a crédito, melhorias em infraestrutura e apoio à comercialização da produção (Fernandes, 2009; Silva *et al*., 2023).

Em face desta conjuntura complexa e desafiadora, surgem iniciativas por parte do atual Governo Federal que buscam reparar o desmantelamento das políticas públicas agrárias no Brasil. Desta forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio de uma parceria inédita junto a algumas Universidades Federais, vem realizando esforços para avançar no processo de regularização fundiária e executar a titulação das terras em vários Projetos de Assentamentos rurais no Brasil.

Dento deste contexto, este documento se reporta à execução de um Termo de Execução Descentralizada, celebrado entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e o INCRA, tendo como objeto o "*Estabelecimento de cooperação técnica por meio de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e realização de serviços visando desenvolver processos inovadores de supervisão ocupacional, georreferenciamento e certificação no SIGEF dos lotes e perímetros e ações necessárias a titulação em Projetos de Assentamentos Federal do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul*".

Logo, a parceria prevê, entre outras ações, avaliar as condições socioeconômicas das famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos selecionados, bem como analisar questões relativas à infraestrutura e aos serviços públicos fornecidos, identificar possíveis impasses legais e institucionais que dificultem o desenvolvimento dos assentamentos rurais, além de caracterizar a base econômica e tecnológica empregada nos assentamentos e avaliar os impactos da regularização fundiária nesses Assentamentos.

Dessa forma, a análise deste relatório recai sobre o Projeto de Assentamento Estrela Jaraguari, localizado no município de Jaraguari, Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Constituído com a finalidade de proporcionar melhores condições de vida e trabalho, o assentamento passou por um processo de titulação que visava garantir a propriedade definitiva das terras aos seus beneficiários. No entanto, assim como ocorre em muitos assentamentos rurais no país, os desafios ainda persistem.

O documento contempla, entre outros aspectos, a situação fundiária e ocupacional no Assentamento haja vista esta condição ser essencial para

compreender os efeitos da política de titulação e os desafios enfrentados pelas famílias assentadas.

A pesquisa buscou compreender os impactos sociais, econômicos e ambientais da titulação, bem como analisar se a segurança jurídica da posse foi acompanhada de elementos que permitam a manutenção da vida no campo, como o acesso a crédito, assistência técnica e extensão rural e melhorias na qualidade de vida das famílias assentadas pelo Programa Federal de Reforma Agrária.

Abaixo seguem outros dados relativos à criação (quadro1) e a localização (Quadro 1) do Assentamento Estrela Jaraguari que se encontra dentro dos limites do Município de Jaraguari/MS.

Quadro 1: Informações sobre o Assentamento Estrela Jaraguari

<table>
<tr><th colspan="2">Assentamento Estrela Jaraguari</th></tr>
<tr><td>Código do Projeto: MS0138000</td><td>Ato de Criação:</td></tr>
<tr><td>Nome do Projeto: PA Estrela Jaraguari</td><td rowspan="3">Tipo: 1
Nº: 44
Data: 05/12/2007</td></tr>
<tr><td>Município Sede: Jaraguari</td></tr>
<tr><td>Área (ha): 2.691,1875</td></tr>
<tr><td>Nº de famílias (capacidade): 197</td><td>Obtenção</td></tr>
<tr><td>Famílias Assentadas: 197</td><td rowspan="2">Forma: Compra e venda
Código: 02
Data: 13/04/2007</td></tr>
<tr><td>Fase: 03 - Assentamento criado</td></tr>
</table>

Fonte: Incra[1]

[1] BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Relatório n. 227. Brasília: INCRA, Coordenação-Geral de Criação de Assentamentos e Seleção de Famílias, 03 jun. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

Figura 1: Localização Geográfica Assentamento Estrela Jaraguari



Fonte: Incra (2025).

1.1. Objetivos da Pesquisa de Campo

Avaliar os impactos socioeconômicos, produtivos e ambientais da regularização fundiária no Assentamento Jaraguari, analisando de que forma a titulação da terra influenciou as condições de vida, a reprodução social, a geração de renda, o acesso a políticas públicas, a dinâmica produtiva e a adoção de práticas sustentáveis pelas famílias beneficiárias da reforma agrária.

1.2. Objetivos Específicos

Regularização fundiária e segurança jurídica

Diagnosticar o status ocupacional e o estágio administrativo de regularização dos lotes, verificando o cumprimento das obrigações legais, como registro, quitação de encargos e liberação de cláusulas, bem como a percepção dos assentados quanto à estabilidade da posse após a titulação.

Perfil das famílias e protagonismo feminino

Caracterizar o perfil sociodemográfico das famílias assentadas, analisando sua composição, estrutura etária, situação ocupacional, participação das mulheres nos processos de produção, gestão, agregação de valor e comercialização, além dos desafios relacionados ao envelhecimento populacional e à sucessão familiar no campo.

Renda, produção, comercialização e infraestrutura patrimonial

Diagnosticar o perfil das atividades produtivas as fontes de rendimento e os canais de comercialização acessados pelas famílias, verificando se a autonomia sobre a terra contribuiu para a diversificação produtiva, o incremento financeiro, a realização de benfeitorias e a aquisição de máquinas, equipamentos e outros ativos produtivos.

Crédito, financiamento e assistência técnica (ATER)

Investigar o papel da titulação como instrumento de inclusão financeira, identificando o acesso ao crédito rural, as modalidades de financiamento utilizadas, as principais barreiras à bancarização e a efetividade da assistência técnica e extensão rural como suporte à produção, à gestão e ao desenvolvimento das unidades familiares.

Redes de Cooperação, Sustentabilidade e Tecnologias

Analisar a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, o uso de insumos, a participação em redes de cooperação, associações ou formas coletivas de organização, o acesso a capacitações, e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégia de modernização da comercialização e aproximação com os consumidores.

Condições de Moradia, Saneamento e Padrão de Consumo

Mapear as condições de habitabilidade e saneamento básico nos lotes, identificando a qualidade das moradias, o acesso à água, as instalações sanitárias, as melhorias habitacionais realizadas e as mudanças no padrão de consumo de alimentos, bens e serviços essenciais após a titulação da terra.

2. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de campo de natureza exploratório-descritiva, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), voltada à análise do perfil socioeconômico e produtivo das famílias no Projeto de Assentamento Estrela Jaraguari (MS).

O delineamento metodológico foi estruturado com o objetivo de diagnosticar as condições de vida e as dinâmicas produtivas dos assentados, considerando aspectos relacionados à produção, à comercialização, ao acesso a políticas públicas, à infraestrutura local e às mudanças ocorridas após a titulação da terra.

Em consonância com os objetivos da investigação, optou-se pela realização de um levantamento de campo delineado como survey exploratório-descritivo, fundamentado na abordagem de Forza (2002). Este procedimento metodológico pauta-se na coleta de dados primários junto à população-alvo, por meio da aplicação de questionário estruturado, composto por questões objetivas e abertas, direcionado aos representantes das unidades familiares tituladas.

O instrumento de coleta foi elaborado para diagnosticar, de forma sistemática, os sistemas produtivos, o acesso ao crédito rural, as estratégias de comercialização e a adoção de práticas sustentáveis, as condições de moradia e saneamento, bem como as transformações nos padrões de consumo e na qualidade de vida das famílias. Dessa forma, a pesquisa buscou construir um diagnóstico multidimensional da realidade do assentamento, permitindo compreender os efeitos da regularização fundiária em diferentes dimensões da vida social, produtiva e econômica dos beneficiários.

A população desta pesquisa é composta por agricultores familiares que receberam títulos no assentamento. Segundo dados do INCRA, à época da aplicação dos questionários havia um total de 197 famílias de assentados em processo de regularização fundiária, deste total 95 famílias receberam o título no ano de 2022.

O cálculo do tamanho da amostra foi realizado considerando as especificidades do assentamento em estudo, onde a população é finita e os recursos (tempo e acesso a participantes) são frequentemente limitados. Adotou-se uma

margem de erro de 10% e um nível de confiança de 95%, com proporção conservadora de 50% (p=0,5), conforme recomendado para estudos exploratórios ou quando não há informações prévias sobre a variabilidade do fenômeno investigado (Creswell, 2014).

A margem de erro de 10% foi escolhida por equilibrar precisão estatística e viabilidade operacional, sobretudo por se tratar de uma pesquisa de campo em um contexto rural, com restrições de acesso e disponibilidade dos respondentes (Saunders *et al*., 2019). Procedendo aos cálculos chegou-se a uma amostragem de 50 instrumentos que foram aplicados aos representantes das unidades familiares tituladas residentes no assentamento no dia 30 de junho de 2024, durante visita de campo.

2.1. Universo e amostra

O universo da pesquisa compreendeu as famílias assentadas do Projeto de Assentamento que receberam a titulação da terra.

A amostra foi composta por beneficiários selecionados de forma intencional, considerando critérios como diversidade de perfil socioeconômico, localização no assentamento, tempo de residência e disponibilidade para participação na pesquisa.

Essa estratégia permitiu captar diferentes realidades presentes no território, contribuindo para uma leitura mais abrangente das condições de vida e produção das famílias tituladas.

2.2. Instrumentos de coleta

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários estruturados, compostos por perguntas fechadas e abertas. O instrumento foi organizado em blocos temáticos correspondentes aos objetivos específicos da pesquisa, permitindo levantar informações sobre regularização fundiária, perfil familiar, produção, renda, comercialização, crédito rural, assistência técnica, sustentabilidade, cooperação, tecnologias de informação, moradia, saneamento e padrão de consumo.

As entrevistas foram realizadas presencialmente por equipe de campo previamente orientada, assegurando o sigilo das informações, o respeito aos participantes e o consentimento dos entrevistados.

2.3. Eixos temáticos investigados

análise dos resultados foi organizada em seis eixos temáticos integrados, estruturados para responder aos objetivos específicos desta pesquisa e permitir uma compreensão multidimensional dos impactos da titulação.

O questionário utilizado foi elaborado a partir de modelos utilizados por pesquisas anteriores em assentamentos rurais (Silva *et al*., 2023; Oliveira *et al*., 2022), contemplando os seguintes eixos temáticos:

I. Regularização fundiária e segurança jurídica: diagnóstico do estágio administrativo dos lotes e da percepção das famílias quanto à estabilidade proporcionada pela posse titulada.

II. Estrutura social, protagonismo feminino e desafios geracionais: análise da composição familiar, da estrutura etária, da participação das mulheres nas atividades produtivas e comerciais e dos desafios do envelhecimento populacional e à sucessão familiar.

III. Matriz produtiva, comercialização e investimento patrimonial: avaliação das fontes de renda das atividades produtivas, dos canais de comercialização e da capacidade de reinvestimento das famílias em benfeitorias, máquinas, equipamentos e melhorias patrimoniais.

IV. Inclusão financeira e fortalecimento técnico (ATER): investigação do acesso ao crédito rural, das modalidades de financiamento utilizadas, dos entraves à bancarização e da efetividade da assistência técnica e extensão rural como suporte à produção.

V. Sustentabilidade, cooperação e tecnologias de informação: exame das práticas agroecológicas, do uso de insumos, das redes de cooperação, da participação em capacitações e da utilização de tecnologias de informação e comunicação nas estratégias de comercialização.

VI. Qualidade de vida: *habitat*, saneamento e padrão de consumo: mapeamento das condições físicas de moradia, do acesso à água e ao saneamento básico, bem como das mudanças no consumo de bens, alimentos e serviços essenciais após a titulação.

2.4. Tratamento dos Dados

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas e tratados por meio de estatística descritiva, com a utilização de frequências absolutas e relativas. Também foram elaboradas representações gráficas e tabelas com o objetivo de facilitar a visualização dos principais resultados e apoiar a análise comparativa entre os diferentes eixos investigados.

A opção por uma abordagem quantitativa, complementada por elementos qualitativos obtidos nas respostas abertas e observações de campo, buscou garantir maior objetividade e comparabilidade e profundidade interpretativa. Dessa forma, os resultados fornecem uma base empírica consistente para orientar políticas públicas mais adequadas à realidade local e contribuir para o debate sobre os efeitos da titulação no contexto da reforma agrária brasileira.

3. RESULTADOS

A agricultura familiar no Brasil se apresenta, frente à economia rural, como de grande relevância, haja vista sua forte contribuição tanto para a geração de empregos no meio rural, como também pelo fato de produzir alimentos e ainda oportunizar a segurança alimentar e nutricional a todos que dela dependem. Ela está no centro de diversos desafios e oportunidades (Sabourin *et. al*, 2025). Embora haja um amplo reconhecimento da sua importância, os agricultores familiares prosseguem lidando com uma diversidade de entraves seja de ordem econômica, estrutural, política e até ambiental.

Em face desta conjuntura complexa e desafiadora, surgem iniciativas por parte do atual Governo Federal que buscam reparar o desmantelamento das políticas públicas agrárias no Brasil. Desta forma, o INCRA, por meio de uma parceria inédita junto a algumas Universidades Federais, vem realizando esforços para avançar no processo de regularização fundiária e executar a titulação das terras em diferentes Projetos de Assentamentos rurais no Brasil (Pitaluga e Figueiredo, 2025).

Dentro deste contexto, a seguir serão apresentados os resultados da pesquisa conduzida no Assentamento Estrela Jaraguari, estabelecido no ano de 2007 por meio de uma ação do Governo Federal. O assentamento está localizado a 44 km de distância da capital, Campo Grande, no município de Jaraguari, na região Centro Oeste do Brasil, onde predomina o bioma Cerrado.

Destaca-se que este conjunto de resultados permitirá uma melhor e mais adequada compreensão no que tange os impactos da regularização fundiária, na organização socioeconômica dos assentados, bem como sobre as ações desenvolvidas pelas famílias de produtores de pequeno porte para garantirem sua permanência no campo, pautada na inclusão socioprodutiva, geração de renda, soberania e segurança alimentar e nutricional.

Ainda de acordo com a Superintendência do INCRA/MS (2025), a regularização possibilita a transferência definitiva da área de cada lote, ou seja, a propriedade é transferida do INCRA para as famílias contempladas. Desta forma, os agricultores familiares assentados passam a ter direito de acessarem outras políticas

públicas, como de linhas diferenciadas de crédito, possibilitando utilizar esses recursos financeiros em infraestrutura e ou diretamente na melhoria e expansão das atividades produtivas.

O relatório oferece importantes subsídios para a formulação de novas estratégias e/ou políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade dos assentamentos rurais, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, para a valorização do trabalho no campo e a efetivação do papel social da terra.

3.1 Regularização Fundiária e Segurança Jurídica

Este eixo examina o estágio de regularização documental dos lotes e a percepção das famílias quanto à segurança jurídica após a titulação. Mais do que registrar etapas burocráticas, a análise busca compreender em que medida o título alterou a relação dos assentados com a terra, influenciando sua confiança, seu planejamento produtivo e sua disposição para investir no lote.

Embora a reforma agrária tenha permitido o acesso de muitas famílias a terra, a consolidação desse processo e a efetiva melhoria das condições de vida e trabalho no campo ainda são questões complexas.

A titulação das terras representa um marco importante para a autonomia das famílias assentadas. Ela fortalece o sentimento de pertencimento, reduz incertezas sobre a permanência no território e cria condições para que o lote seja percebido como patrimônio familiar. No entanto, os dados mostram que a conclusão definitiva do processo ainda enfrenta obstáculos, especialmente ligados à quitação de débitos, à emissão ou pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), à liberação de cláusulas resolutivas e à escrituração final dos lotes (Tabela 1).

Neste sentido, considerando a criação do Assentamento Estrela Jaraguari no ano de 2007, com a finalidade de proporcionar condições dignas de vida e trabalho para famílias sem-terra, o assentamento passou por um processo de titulação que visa garantir a propriedade das terras aos assentados. A seguir a Tabela 1 demonstra esta realidade.

Tabela1: Etapas do processo de regularização fundiária

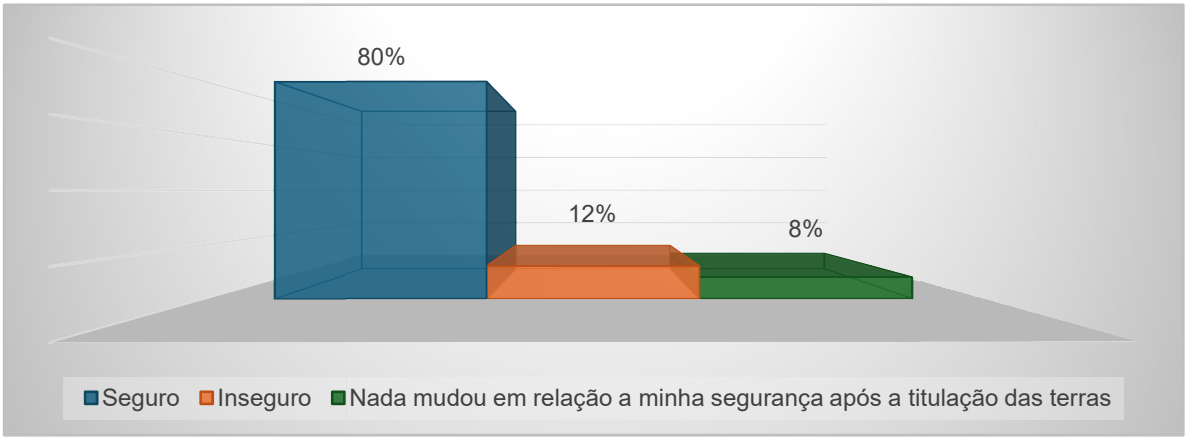
Etapas do processo	Quantidade
Ainda não adotou nenhuma providência após receber o título definitivo TD do INCRA	8
Título registrado em cartório, somente	5
Título registrado em cartório, com GRU emitida, mas não paga	6
Título registrado em cartório, com GRU emitida e paga integralmente (quitada)	10
Título registrado em cartório, com GRU emitida e em fase de pagamento parcelado	10
Título em processo de liberação de cláusula resolutiva	4
Título com cláusula resolutiva liberada	3
Lote escriturado	4

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A pesquisa revelou que a titulação das terras no Assentamento Estrela Jaraguari representa um passo fundamental para a segurança jurídica e para a autonomia dos agricultores familiares assentados. No entanto, a regularização completa do processo de titulação ainda apresenta desafios em termos de quitação das dívidas e resolução de pendências administrativas.

Contudo, quando questionados sobre as respectivas percepções sobre segurança jurídica após a titulação de seus lotes, a maioria declarou sentir-se seguro, apenas um pequeno grupo declarou ainda se sentir inseguro diante da atual condição vivida, conforme Gráfico 1 a seguir. Este é um ponto positivo para os assentados, pois a deflagração de um sentimento de segurança impulsiona o desenvolvimento de novas atividades produtivas, estimula as práticas vigentes e além de disseminar um ambiente amistoso, solidário e de cooperação entre os assentados.

Gráfico 1: Percepção sobre segurança jurídica



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

3.2 Estrutura Social, protagonismo feminino e desafios geracionais

Este eixo analisa a composição das famílias, a distribuição etária, a participação das mulheres e os desafios geracionais que condicionam a permanência no campo. Os dados revelam uma estrutura familiar reduzida, com predominância de núcleos pequenos e população em fase madura, o que traz implicações diretas para a força de trabalho disponível, a sucessão familiar e a continuidade das atividades produtivas.

No que se refere a estrutura familiar, os dados referentes à composição das famílias dos assentados (Tabela 2) revelam que o número médio de membros por família é de 2,66, o que caracteriza unidades familiares pequenas, tendência já observada em outros assentamentos do estado e em experiências nacionais de titulação. Este número é inferior à média nacional de 2,79 pessoas por domicílio, conforme apontado pelo Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Predominam famílias compostas por dois membros (40%), seguido por 1 membro (22%) e por três membros (20%). Ou seja, um total de 62% da amostra revela que a maioria das famílias são comportas por até 3 membros,enquanto apenas 2% das famílias possuem mais de seis pessoas, conforme demonstrado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2: Número de membros por unidade familiar

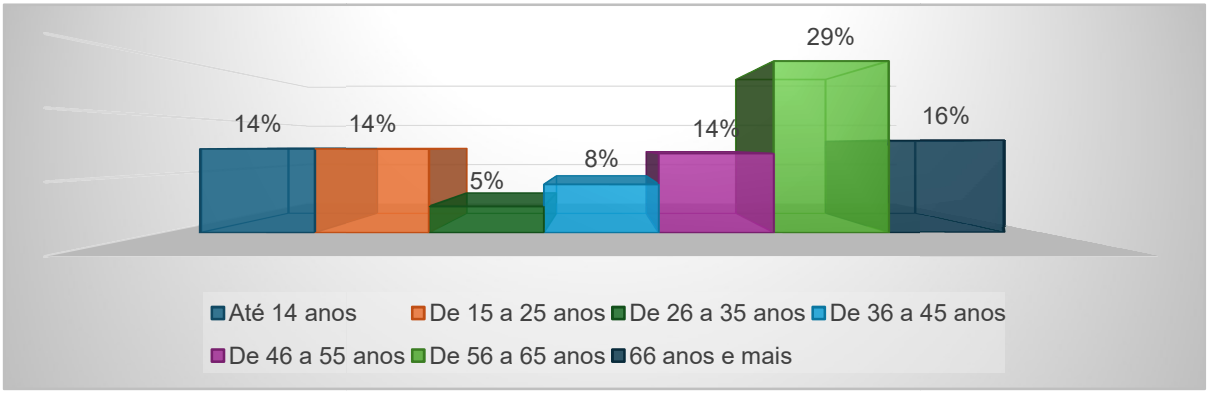
Tamanho da família	Número de famílias	%
1 membro	11	22%
2 membros	20	40%
3 membros	10	20%
4 membros	1	2%
5 membros	4	8%
6 membros	1	2%
7 membros	2	4%
8 membros	1	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Essa estrutura indica um processo de redução do tamanho familiar e reflete fatores como: envelhecimento da população rural, migração de jovens para centros urbanos em busca de oportunidades e especialmente revela uma fragilidade no processo de planejamento para a sucessão familiar**.**

No que diz respeito à faixa etária o Gráfico 2 a seguir aponta que a população do assentamento é majoritariamente formada por adultos e idosos, com 29% entre 56 e 65 anos e 16% com mais de 66 anos. Apenas 5% estão na faixa de 26 a 35 anos, o que indica uma baixa presença de jovens adultos e ratifica-se o desafio da sucessão familiar rural. Esse perfil etário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à permanência dos jovens no campo, seja por meio de formação técnica, incentivos à produção ou o acesso a crédito específico.

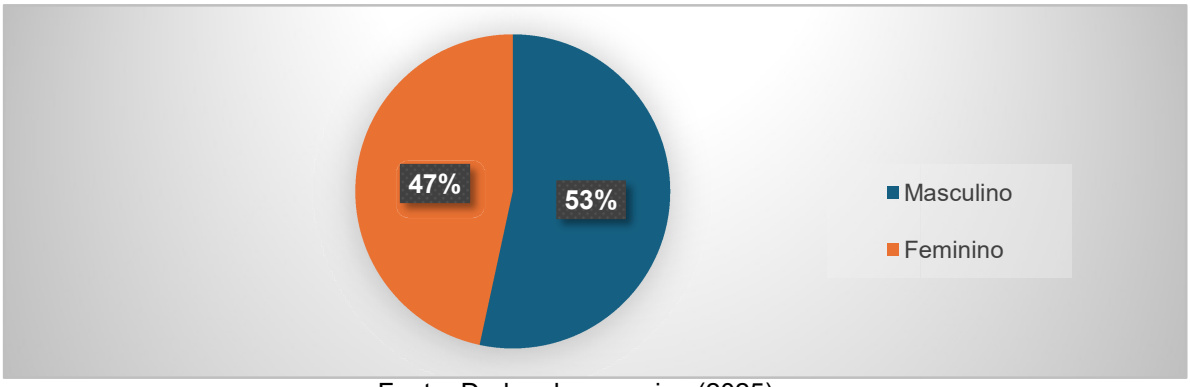
Gráfico 2: Distribuição Etária



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à composição de gênero, os dados revelam uma distribuição mais equilibrada, com leve predominância masculina (71 homens, correspondendo a 53% e 62 mulheres, correspondendo a 47%), conforme demonstrado no Gráfico 3 a seguir. Esse equilíbrio reforça o papel das mulheres como participantes ativas das atividades rurais, especialmente em processos produtivos, gestão doméstica e comercialização direta.

Gráfico 3: Composição por gênero.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse equilíbrio corrobora a importância das mulheres como participantes ativas das atividades rurais, especialmente em processos produtivos, organização e gestão doméstica e até mesmo na etapa de comercialização dos produtos.

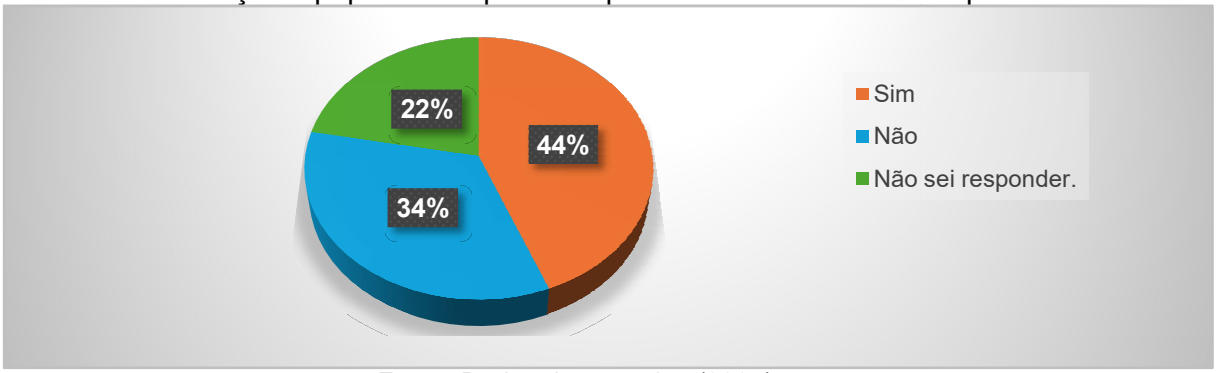
Já com relação ao protagonismo feminino no meio rural, A ONU anunciou 2026 como o Ano Internacional das Mulheres Agricultoras, apesar desta valorização e impulso, obstáculos que remontam décadas tais como a sobrecarga de atividades e cuidados e o acesso restrito à terra ainda se configuram como grandes desafios a serem superados (Instituto Fome Zero, 2026).

Dentro desta ótica, o papel das mulheres na produção e comercialização surge como elemento relevante, apontando mudanças no protagonismo feminino dentro dos assentamentos, tanto no trabalho produtivo quanto na gestão e comercialização. Essa dimensão reforça a necessidade de compreender a Reforma Agrária também como espaço de reorganização das relações sociais, ampliando a participação das mulheres em atividades tradicionalmente centralizadas nos homens.

Quanto às questões de gênero, observou-se uma maior participação feminina nas atividades produtivas e comerciais. Cerca de 44% dos entrevistados reconheceram mudanças positivas no papel das mulheres, indicando avanços no protagonismo feminino dentro das unidades familiares (Gráfico 4). Esse movimento acompanha uma tendência nacional de feminização gradual da agricultura familiar, associada à ampliação da gestão compartilhada e à valorização do trabalho das mulheres na cadeia produtiva. As mulheres são decisivas nas negociações, além de oferecem suporte na produção e serem protagonistas na etapa de beneficiamento dos alimentos.

Outro ponto importante consiste no fato de que as mulheres são as detentoras do “saber fazer”, promovem processos coletivos de aprendizagem quando ensinam e trocam receitas e essas trajetórias influenciam a permanência nas moradias rurais.

Gráfico 4: Mudança no papel desempenhado pelas mulheres na unidade produtiva



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Diretor do Instituto Fome Zero, José Graziano da Silva, a igualdade de gênero é condição fundamental para o desenvolvimento sustentável. Ainda para ele, quando uma mulher rural prospera, a segurança alimentar e nutricional de todo o país prospera também (Instituto Fome Zero, 2026).

Ainda sobre os dados levantados, esse resultado também pode ser interpretado como reflexo de outros projetos específicos para esse grupo, como o Crédito Instalação na modalidade Fomento Mulher, que disponibiliza recursos diretamente às beneficiárias para apoiar projetos produtivos, fomentar autonomia econômica e ampliar sua participação nas atividades de produção, beneficiamento e comercialização. Regulamentado pelo Decreto nº 11.586/2023, esse crédito permite a implementação de projetos sob a responsabilidade das mulheres assentadas, com valor de até R$ 8.000,00 por unidade familiar, fortalecendo seu papeis como protagonistas na dinâmica produtiva e comercial da Reforma Agrária.[2]

Muito embora historicamente haja uma baixa visibilidade do trabalho das mulheres no campo, segundo Brito, Leite e Chacon (2021), no contexto rural brasileiro são as mulheres as responsáveis pelos cuidados com as hortas domésticas, por meio dos chamados quintais produtivos, pelo trabalho nas roças, pelo preparo da alimentação de suas famílias e especialmente pela manutenção dos saberes e práticas ancestrais, além de destinarem um tempo para a comercialização

[2] BRASIL. Decreto nº 11.586, de 7 de junho de 2023. **Regulamenta a concessão de créditos de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e a liquidação e a renegociação das dívidas relativas aos créditos de instalação concedidos no período de 10 de outubro de 1985 a 27 de dezembro de 2013**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jun. 2023.

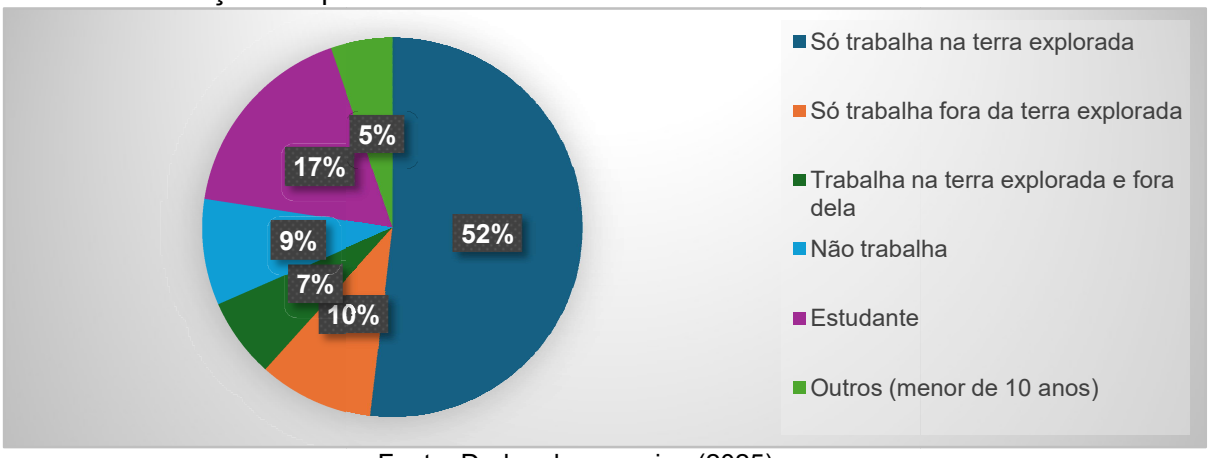
e trocas de produtos, promovendo uma movimentação e dinamismo nas economias locais.

3.2.1 Situação Ocupacional

Quanto à ocupação principal, a análise revela que o lote de terra constitui o principal eixo de trabalho para a maioria das famílias. Neste sentido, a pesquisa apontou que 52% dos assentados trabalham exclusivamente na terra explorada, enquanto 10% exercem atividades externas e 7% conciliam trabalhos rurais e urbanos, conforme apontado no Gráfico 5 abaixo.

A pluriatividade, cada vez mais comum no meio rural brasileiro, aparece como estratégia de complementação de renda e de segurança econômica frente à instabilidade da produção agrícola. Além disso, 17% dos moradores são estudantes, sinalizando uma presença relevante de jovens em formação escolar, ainda que nem todos estejam inseridos diretamente nas atividades produtivas.

Gráfico 5: Situação Ocupacional dos assentados



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

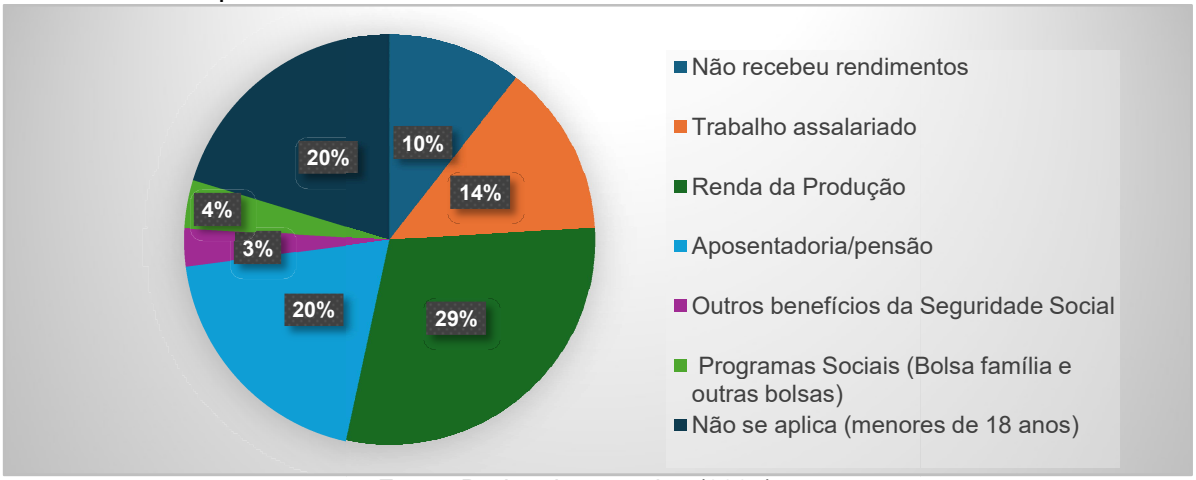
De forma geral, o perfil ocupacional revela um assentamento fortemente agrícola, com famílias pequenas, força de trabalho envelhecida e dependência significativa da produção primária. Esse conjunto de características exige políticas públicas voltadas à mecanização acessível, assistência técnica continuada, capacitação e criação de oportunidades para jovens e mulheres.

3.3 Matriz produtiva, Comercialização e Infraestrutura Patrimonial

Este eixo avalia o vigor econômico das unidades produtivas e a capacidade das famílias de transformar a segurança jurídica da terra em geração de renda, investimento patrimonial e inserção nos mercados. A análise considera as fontes de renda, a exploração da área regularizada, a diversificação produtiva, os equipamentos adquiridos, as benfeitorias existentes e os canais de comercialização.

A análise das fontes de rendimentos, revela que a principal fonte de renda, conforme Gráfico 6 a seguir, é a produção agrícola e pecuária, citada por 29% das famílias. No entanto, há forte presença de aposentadorias e pensões, contemplando 20% da amostra, além da renda proveniente de trabalho assalariado, 14%, o que demonstra a dependência de rendas fixas complementares. Essa estrutura de renda híbrida é característica de assentamentos com população envelhecida e baixo nível de mecanização, nos quais a atividade produtiva ainda não é suficiente para garantir a autossustentação financeira plena.

Gráfico 6: Principais fontes de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A relevância das fontes de renda externas ao lote, como benefícios previdenciários e trabalho assalariado, corrobora as conclusões de Leite *et al.* (2004), que destacam a importância dessas estratégias para a composição da renda familiar. Destaca-se que a renda previdenciária, em particular, assume um papel

fundamental, muitas vezes sendo utilizada para custear e manter a atividade produtiva, conforme apontado acima.

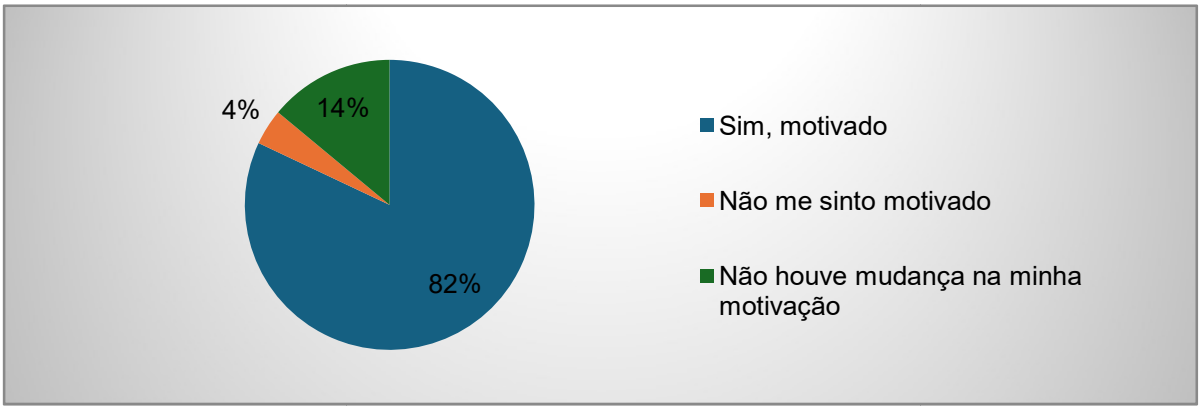
3.3.1 Produção

A segurança jurídica trata-se de um elemento decisivo e fundamental para motivar e impulsionar os agricultores assentados a continuarem a produzir assim como também planejar uma expansão da sua produção nos assentamentos rurais. Esta situação é advinda da regularização fundiária, que altera o status de “posse precária” para “propriedade segura”, oportunizando maior confiança para investimentos em um horizonte de tempo de médio e longo prazo.

Neste sentido, no Assentamento Estrela Jaraguari esta é uma realidade que pode ser confirmada. Ou seja, a maioria absoluta declarou se sentir mais motivado a produzir após a titulação dos seus lotes. Somente uma quantidade inexpressiva declarou que não se sente motivada ou que não houve alterações nesta percepção, conforme observados no Gráfico 7 a seguir.

Logo, é possível afirmar que a regularização fundiária colabora com a estabilidade e aumento da produtividade, uma vez que motiva uma transição de agricultura de subsistência para uma produção com vista a ampliar o acesso a novos mercados alimentares, resultando em maior diversidade e segurança alimentar no campo.

Gráfico 7: Percepção produtores sobre a motivação para produzir



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

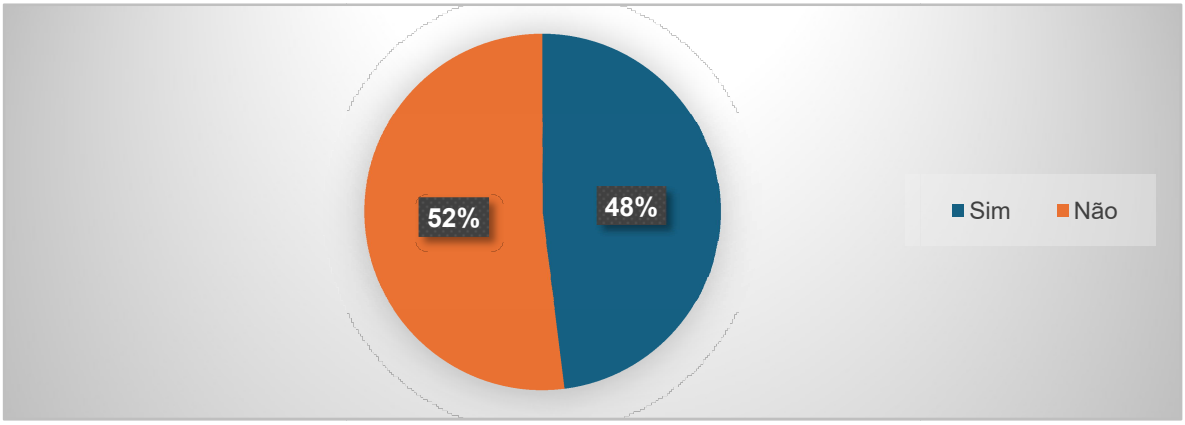
A respeito da produção nos lotes da reforma agrária entende-se se tratar de um elemento decisivo tanto para a subsistência das famílias assentadas, como também pode ser compreendida como motor de desenvolvimento socioeconômico e principalmente como mecanismo garantidor de segurança alimentar para os assentados. A produção em áreas de reforma agrária significa a materialização da política de acesso à terra, a qual transforma solos, muitas vezes pobres, em novas oportunidades para a geração de emprego e alimentos, respeitando a soberania alimentar.

A efetividade da reforma agrária não se encerra na titulação da terra; ela se confirma na capacidade das famílias de transformar o lote em uma unidade produtiva. No que se refere ao percentual de exploração da área regularizada os dados da pesquisa apontam para um cenário equilibrado no Assentamento Jaraguari, conforme detalhado a seguir.

A pesquisa revelou que mais da metade dos entrevistados (52%) não explorou integralmente a área regularizada na safra de 2023/2024, conforme revelado no Gráfico 8 abaixo.

Essa subutilização da terra pode estar associada à falta de apoio técnico e logístico, mas também às condições climáticas adversas e à insegurança tanto jurídica quanto ao retorno financeiro das atividades.

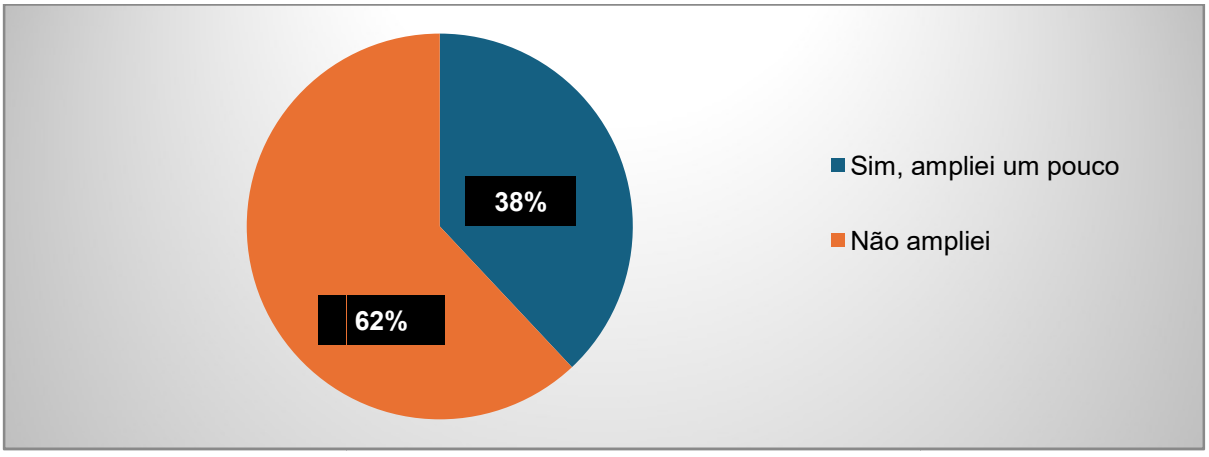
Gráfico 8: Exploração da área regularizada



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A ampliação da área produtiva foi registrada em apenas 38% das famílias, enquanto 62% afirmaram não ter aumentado sua escala produtiva, como apontado no Gráfico 9 a seguir. Esse resultado reflete tanto a restrição de recursos financeiros e técnicos quanto à ausência de políticas de incentivo direcionadas à modernização agrícola.

Gráfico 9: Ampliação da área produtiva



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados acima indicam a importância das ações e políticas tanto de assistência técnica e extensão rural como também políticas de financiamento e de acesso ao crédito agrícola. Estas políticas são fundamentais para alavancar e fortalecer a produção e a comercialização nos assentamentos.

A diversificação da produção permite uma maior oferta de alimentos variados durante todo o ano, garantindo o sustento dos agricultores e gerando excedentes para comercialização em diferentes épocas, o que reduz a dependência de um único produto.

Considerando a participação da agricultura familiar no contexto brasileiro, sabe-se que a diversificação da produção, a ampliação da produtividade e a comercialização nos assentamentos rurais propiciam uma melhor redistribuição do emprego e da renda. Contudo, este conjunto de ações, que visa à entrada em novos mercados alimentares, ainda encontra barreiras em muitos estados e municípios brasileiros (Estival, 2016).

A titulação da terra é frequentemente esperada como um catalisador para a inovação e diversificação no campo. No entanto, a transição para sistemas produtivos mais variados exige não apenas segurança jurídica, mas também disponibilidade de mão-de-obra, acesso a novos mercados e suporte técnico contínuo.

Este é um importante indicador para as famílias assentadas. Neste sentido, o Assentamento Estrela Jaraguari corrobora este cenário de barreiras, uma vez que uma minoria de agricultores assentados informou que diversificou sua produção após o processo de titulação, conforme os dados apresentados na Tabela 3 abaixo.

Logo, os resultados merecem ser avaliados e discutidos pelos atores governamentais, pois demonstram que, mesmo após a titulação, a diversificação produtiva ainda é restrita e limitada, o que pode estar relacionado a um conjunto de fatores, entre eles: ausência de assistência técnica contínua, acesso restrito a crédito, infraestrutura precária e dependência econômica de cultivos tradicionais. Ou seja, mais uma vez os dados corroboram a realidade permeada de desafios e entraves vivenciados pelos assentados.

Tabela 3: Diversificação da produção

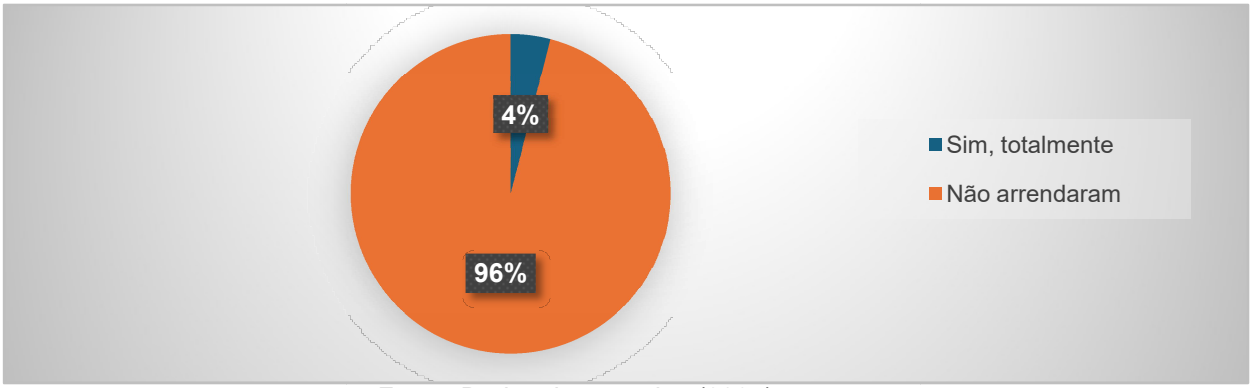
Diversificação da produção	Número de	%
Sim	10	20%
Não	40	80%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à prática de arrendamento da terra em assentamentos de reforma agrária, esta se mostra como um indicador importante da gestão dos recursos produtivos e da fixação das famílias. Enquanto o arrendamento pode ser uma fonte de renda passiva, a sua alta incidência pode indicar desinteresse na produção própria ou dificuldades de manejo.

Neste sentido, a pesquisa trouxe dados distintos da colocação acima, evidenciou que apenas 2 famílias entrevistadas, o que corresponde a 4%, que arrendaram totalmente sua área produtiva. A informação pode ser observada no Gráfico 10 abaixo.

Gráfico 10: Arrendamento da área regularizada



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Logo, os dados revelaram que mesmo diante de tantas adversidades, desafios e ainda a completa regularização dos seus lotes, os assentados se mostram aguerridos e determinados a permanecerem em seus lotes.

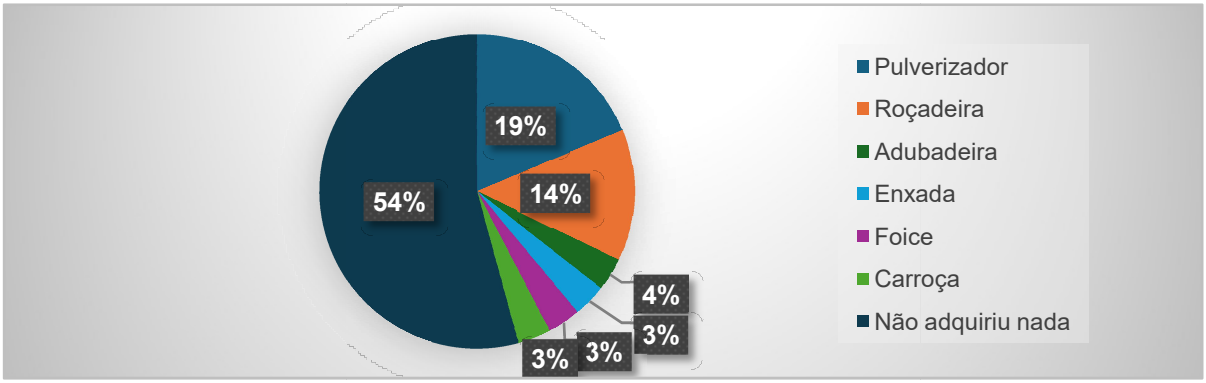
3.3.2 Equipamentos adquiridos e Produção animal e agrícola

A titulação da terra frequentemente atua como um gatilho para a consolidação do patrimônio construído, uma vez que a segurança jurídica da posse reduz o risco percebido de investimentos em bens imóveis. No entanto, o volume de intervenções físicas nas residências após a entrega dos títulos é influenciado pela maturidade prévia das construções e pela disponibilidade de capital das famílias.

Para que haja modernização dos assentamentos rurais faz-se imprescindível tanto a aquisição de maquinários como também a diversificação da produção, visando aumentar a escala e especialmente para garantir melhor qualidade de vida e renda para as famílias assentadas.

Quanto à aquisição de máquinas e equipamentos, observa-se um baixo nível de mecanização, conforme demonstrados nos Gráficos 11 e 12 abaixo. A pesquisa revelou que mais da metade dos assentados (54%) não adquiriu qualquer equipamento manual ou de tração animal (Gráfico 11), assim como quando questionados sobre a aquisição de equipamentos motorizados ou mecânicos 55% (Gráfico 12) responderam que não investiram nestes equipamentos.

Gráfico 11: Máquinas e equipamentos manuais ou de tração animal adquiridos



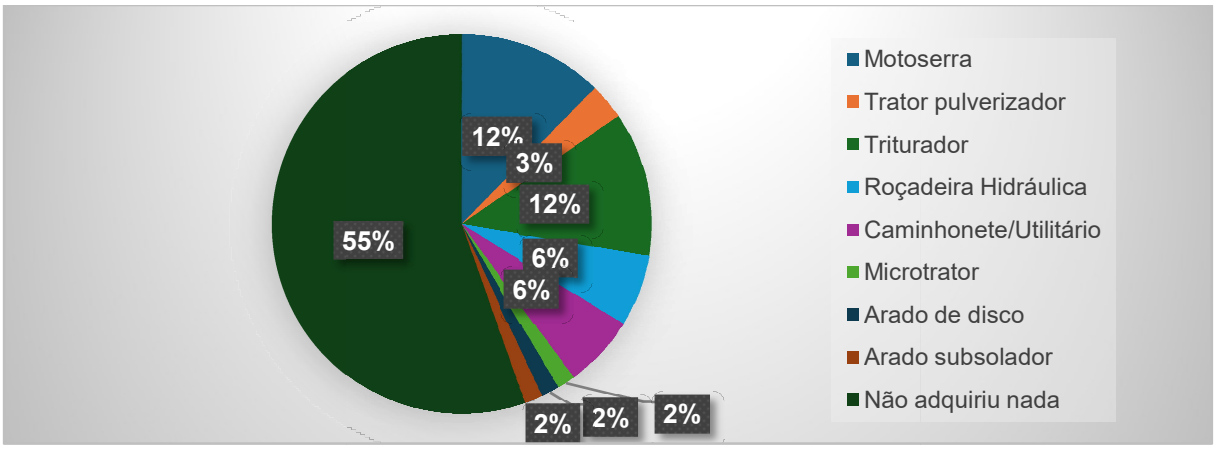
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os itens mais citados no gráfico acima foram pulverizadores e roçadeiras (força manual) e motosserra e triturador (Gráfico 12), demonstrando que as ferramentas adquiridas estão associadas à manutenção básica da área produtiva e algumas iniciativas relacionadas à expansão da produção.

De forma geral, a baixa taxa de aquisição de capital fixo reflete limitações financeiras das famílias e sugere que a produção continua a depender predominantemente do trabalho manual, o que pode impactar negativamente a escala de produção e a capacidade competitiva do assentamento.

A modernização da agricultura e o aumento da escala de produção dependem diretamente do investimento em capital fixo, notadamente em equipamentos e máquinas mecanizadas. A limitação no acesso a equipamentos de produção é ainda mais crítica no que se refere a máquinas e equipamentos mecânicos (tratores, implementos motorizados, etc.). Os resultados demonstram uma ampla restrição.

Gráfico 12: Máquinas e equipamentos mecânicos adquiridos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

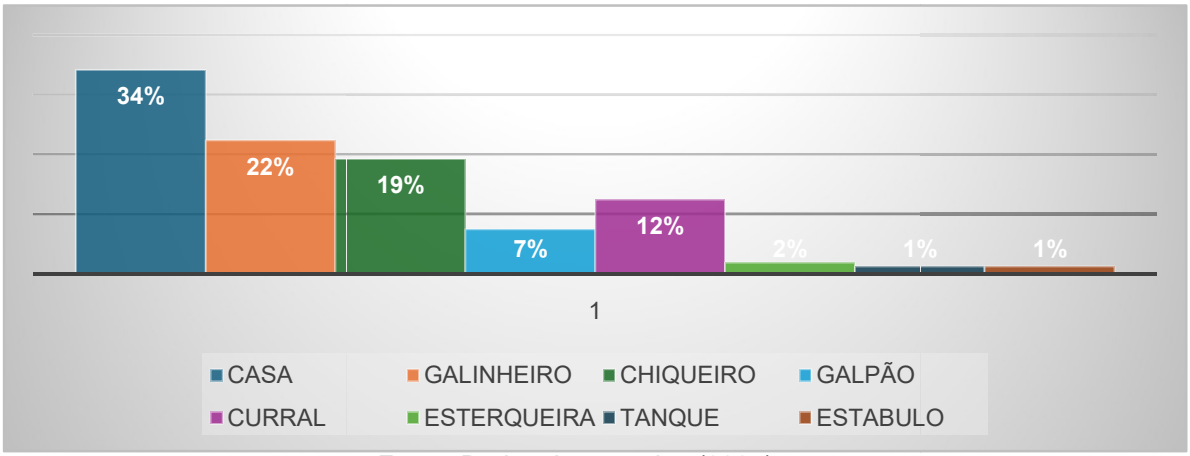
A mecanização agrícola é essencial para automatizar processos, elevar a eficiência e reduzir custos, além de contribuir para a modernização e a competitividade do setor. Nesse sentido, os resultados indicam que, apesar do avanço nas benfeitorias físicas, não houve incremento significativo na mecanização ou no nível tecnológico dos equipamentos utilizados. A limitação no acesso a essas ferramentas pode comprometer a eficiência produtiva, a competitividade econômica e a sustentabilidade do assentamento. Este fato revela uma baixa ou mesmo uma ausência de planejamento produtivo dos lotes e também a dificuldade de acesso a recursos tecnológicos e financeiros.

3.3.3 Benfeitorias

As benfeitorias nos assentamentos rurais são fundamentais para assegurar o bem estar, a dignidade das famílias e principalmente a produtividade da terra. No contexto da reforma agrária, elas são divididas em categorias que definem direitos de indenização, investimentos e obrigações legais. Destaca-se que as benfeitorias destinadas à atividade rural são consideradas investimentos.

O Gráfico 13 abaixo aponta que próximo a 1/3 dos agricultores promoveram benfeitorias em suas moradias e o restante se dedicou a reformas nas estruturas voltadas principalmente a criação de animais, conforme demonstrado a seguir.

Gráfico 13: Benfeitorias existentes



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

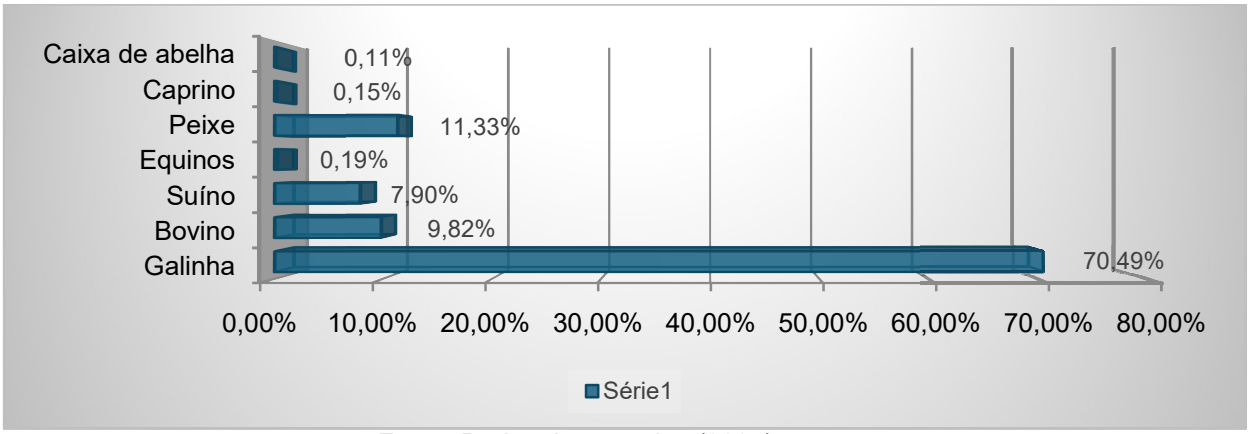
3.3.4 Produção animal

A produção zootécnica em assentamentos rurais é fundamental tanto para a segurança alimentar familiar quanto para a diversificação de pequenas fontes de renda. A análise detalhada da composição animal permite identificar as prioridades e a escala das atividades pecuárias no lote. A composição da produção zootécnica no assentamento é caracterizada pela predominância de animais de pequeno porte geralmente associados à subsistência e à comercialização em pequena escala.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no Assentamento Estrela evidenciam diversificação produtiva, embora ainda marcada pela baixa escala e

restrito acesso a tecnologias. O Gráfico 14 a seguir aponta a atividade da avicultura como grande destaque, representando cerca de 70% do total de animais criados, seguido da criação de peixes (11,3%) e na sequência pecuária bovina (9,8%) e suínos (7,9). Essa predominância da avicultura está associada à viabilidade econômica da criação de galinhas como atividade de curto ciclo, baixo custo e rápido retorno.

Gráfico 14: Criação animal



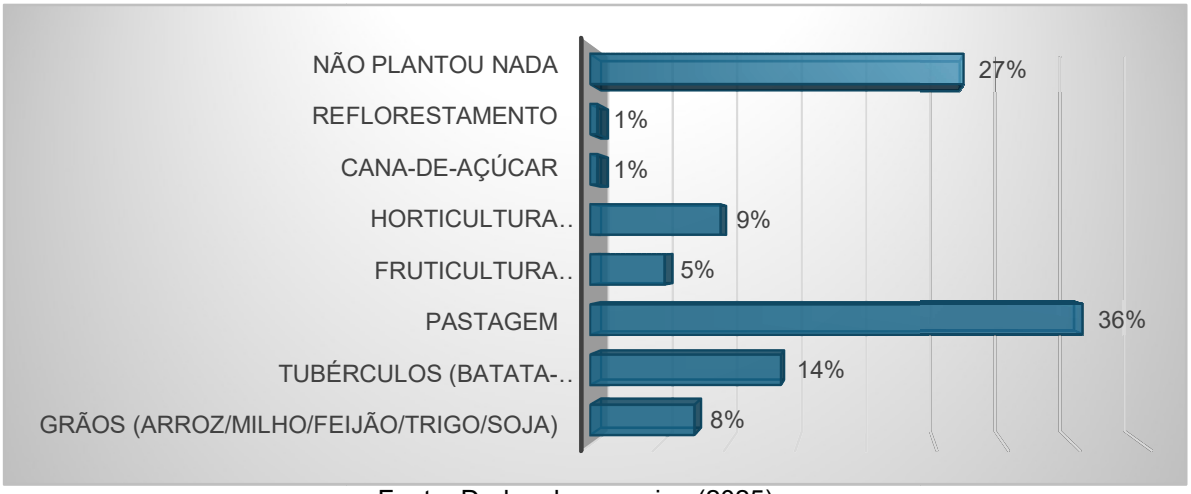
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O predomínio da criação de galinhas sugere que a avicultura é a atividade zootécnica mais acessível e difundida entre as famílias, servindo tanto para garantir o consumo próprio quanto para a geração rápida de renda.

3.3.5 Produção agrícola

Quanto à produção agrícola, conforme Gráfico 15 abaixo, o uso da terra concentra-se em pastagens (36%), seguidas por tubérculos (14%), horticultura (9%) e grãos (8%). Essa distribuição reflete uma base produtiva voltada à subsistência e produção de pequeno porte, com baixo nível de mecanização. A elevada proporção de áreas não cultivadas (27%) reforça o impacto de fatores como limitações financeiras, falta de infraestrutura e condições climáticas adversas, que dificultam o aproveitamento integral da área produtiva.

Gráfico 15: Principais produtos cultivados



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A pesquisa permitiu também identificar que o Assentamento apresenta diversidade produtiva, contando tanto com os produtos *in* natura (grãos, frutas, hortaliças) quanto com os produtos beneficiados (queijo, leite, pães, entre outros...). Essa característica produtiva pode estar associada à busca por autossuficiência alimentar e redução da dependência externa.

3.3.6 Diversificação da produção (*in natura*, beneficiados e processados)

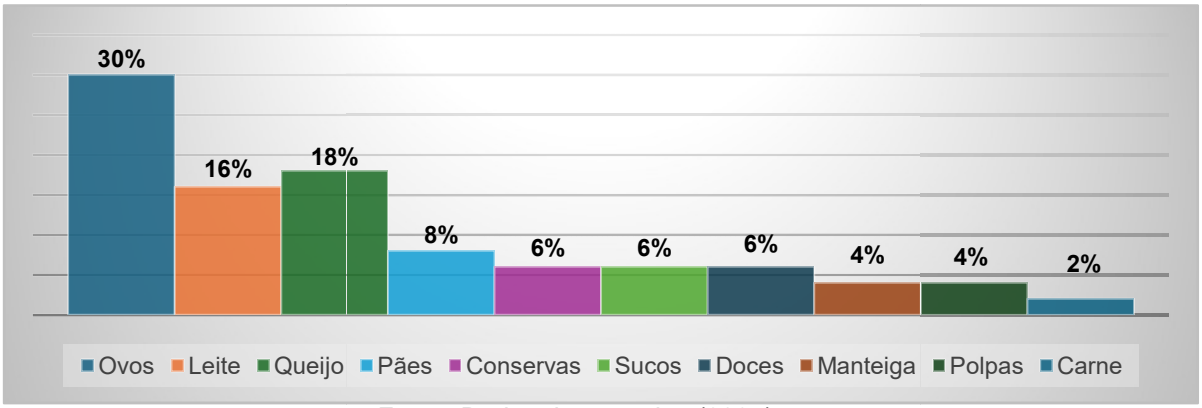
Outro ponto relevante consiste no fato de que esta diversificação de produtos conjugada ao beneficiamento dos alimentos abre novas oportunidades em termos de

acesso a outros mercados, inclusive mais estruturados e proporcionando elevação da renda e geração de emprego no campo.

A técnica de beneficiamento de alimentos não apenas oportuniza o acesso a outros mercados, mas também opera a favor da redução das perdas e desperdícios dos alimentos e com isso aumento a durabilidade dos alimentos e contribuindo com a disseminação da sustentabilidade, conforme pode ser observado a seguir.

Logo, a ocorrência de atividades de beneficiamento é uma realidade, de acordo com o Gráfico 16, disposto a seguir, com destaque para as produções de ovos (30%); queijo (18%) e leite (16%).

Gráfico 16: *Portfólio* de produtos *in natura*, beneficiados e processados



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O beneficiamento artesanal é uma estratégia relevante para agregar valor aos produtos, ampliar as fontes de renda e acessar novos mercados e canais de comercialização. Embora ainda ocorra de forma isolada e com limitada estrutura de comercialização, revela-se como uma atividade promissora para o Assentamento Estrela Jaraguari

3.3.7 Canais de comercialização

Agricultores familiares assentados utilizam diversos canais de comercialização que vão além de uma simples participação nos mercados, promovendo também a criação de laços sociais coletivos, vínculos de confiança, respeito e reputação. Por meio de associações, cooperativas e feiras locais, esses

canais fortalecem a cooperação entre os produtores e aumentam a exposição, comercialização e abastecimento da produção agrícola familiar. Os mercados alimentares configuram-se como de fundamental importância para alavancar a inclusão produtiva e o desenvolvimento rural (Cassol, Schneider e Deggerone, 2024).

Ainda para os mesmos autores, mercados são compreendidos como espaços, ou “arenas” que levam dentro de si diferentes atores (agricultores familiares; produtores; consumidores; clientes; trabalhadores; etc.) e instituições (empresas; cooperativas; governo; movimentos sociais; etc.) que dialogam e disputam novas oportunidades de permutas de bens e serviços. Acolher a abordagem de que os mercados são construções sociais, implica no entendimento que são constituídos por um conjunto de operações em que envolvem relações sociais e culturais.

Dentro deste contexto, a pesquisa buscou identificar os canais de comercialização acessados pelos assentados. Cabe reforçar que a titulação não se restringe a assegurar a posse das terras, mas sim contribui decisivamente para transformar e alavancar as dinâmicas produtivas, fortalecer a inserção social, a inclusão socioprodutiva.

Associado a estes elementos, o acesso aos canais de comercialização oportuniza o desenvolvimento das economias locais, a construção coletiva de estratégias voltadas ao desenvolvimento rural integrado e sustentável para ampliar os canais de comercialização e ainda colabora com a autonomia dos agricultores assentados.

Os dados coletados evidenciam que a comercialização da produção ocorre, predominantemente, em canais informais e locais, com destaque para a venda direta na propriedade (31%) e venda porta a porta (28%). As feiras locais (19%) também cumprem papel importante, embora ainda limitadas em escala. Apenas 6% das famílias participam de associações ou cooperativas, e 5% vendem para programas institucionais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), conforme demonstrado no Gráfico 17 a seguir.

Neste sentido fica evidente a importância das cadeias curtas de abastecimento alimentar, uma vez que promovem a valorização do alimento local,

aproximam consumidores de produtores por meio de laços de confiança e reputação, além de entregarem alimentos mais frescos e mais nutritivos.

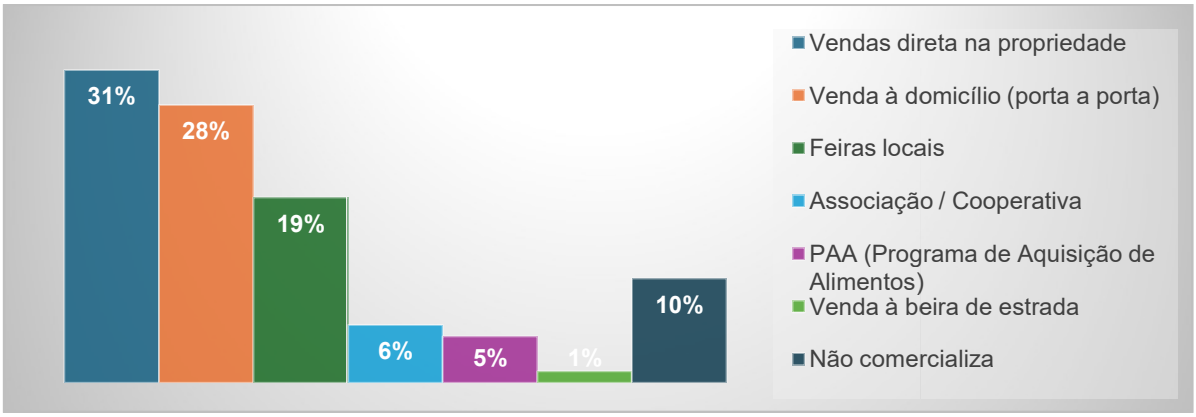
Esses dados indicam que os produtores familiares priorizam formas de comercialização mais próximas e diretas ao consumidor, ou seja, conhecidas como cadeias curtas de abastecimento alimentar, do tipo face a face, mais especificamente chamados de “mercados de proximidade”. Os mercados locais se caracterizam por estabelecerem uma conexão direta entre produtores e consumidores, permitindo aos agricultores comercializarem seus produtos sem a participação dos intermediários, o que pode reduzir custos comerciais, regularizarem o fluxo de produtos e aumentarem a proximidade (Schneider, 2016; Ushizima, 2018).

Por outro lado, a inserção nos mercados institucionais e atacadistas ainda é limitada. No caso dos mercados públicos, esta realidade talvez seja justamente pelo fato de ainda não terem suas terras totalmente regularizadas e não possuírem o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF. Este documento é obrigatório para a participação nas chamadas públicas. Cabe destacar que o acesso aos mercados institucionais oportuniza a garantia de recebimento, pois as relações são formalizadas via contrato e ainda garante preços mais justos e melhores, quando comparados aos praticados nos mercados locais.

Outro ponto que merece destaque consiste no fato de que ao abastecerem os mercados institucionais por meio do acesso aos Programas PNA e PAA garantem o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos e a segurança alimentar e nutricional especialmente para os estudantes das escolas públicas e ainda incentivam a valorização do alimento local. Importante também evidenciar o potencial para ampliar a diversificação de canais, fortalecendo a visibilidade da produção dos assentados e ampliando as oportunidades de comercialização e geração de renda.

Todavia, o volume de famílias focadas apenas na subsistência aponta para a necessidade de políticas de fomento logístico e incentivo à diversificação produtiva para aumentar o excedente comercializável, conforme observado no Gráfico 17 a seguir.

Gráfico 17: Canais de comercialização acessados



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

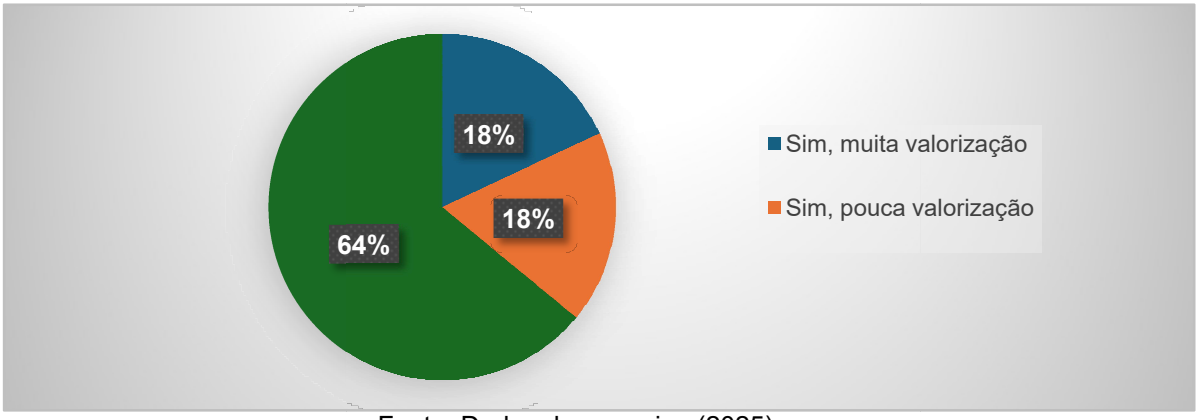
Todavia, o volume de famílias focadas apenas na subsistência aponta para a necessidade de políticas de fomento logístico e incentivo à diversificação produtiva para aumentar o excedente comercializável, conforme observado no Gráfico 17 acima.

3.3.8 Valorização dos produtos

A valorização dos produtos se apresenta como aspecto central para compreender os impactos socioambientais da titulação. A percepção de valorização, seja ela intensa ou limitada, reflete o reconhecimento social e econômico do trabalho das famílias assentadas, e atua como indicativo da relação entre a produção agrícola e o mercado consumidor.

Com relação à percepção de valorização dos produtos comercializados após a titulação, este ainda é um sentimento restrito entre eles. Ou seja, 64% dos entrevistados não notaram melhoria nos preços ou na demanda de seus produtos. Apenas 36% reconheceram algum nível de valorização, e ainda divididos igualmente entre os estratos “muita” e “pouca” valorização, conforme apontado no Gráfico 18 a seguir.

Gráfico 18: Percepção quanto à valorização dos produtos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

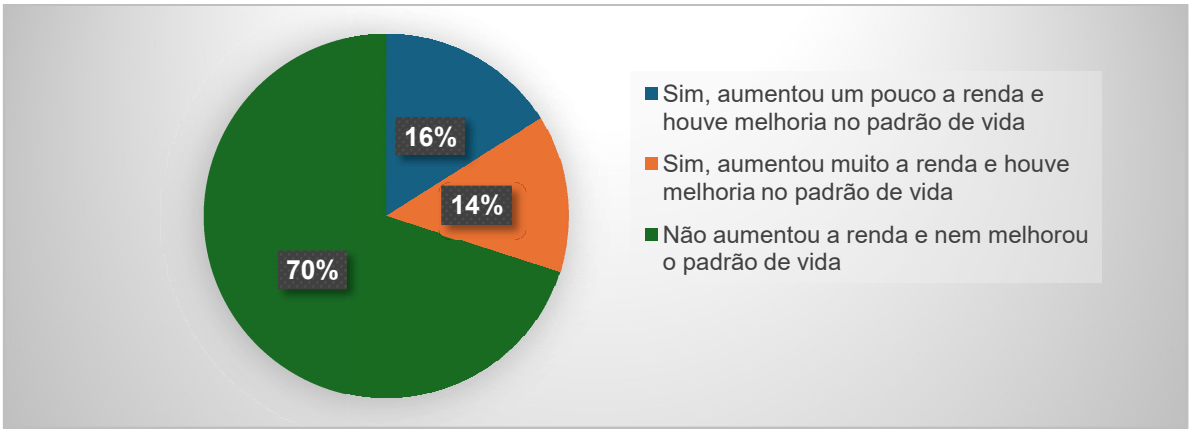
Este é um importante indicador, e quando associado e analisado junto ao contexto de muitos desafios e entraves e a descrença nas políticas públicas é muito comum emergir, entre os agricultores assentados, tanto o sentimento de desalento quanto a percepção da baixa valorização da sua produção.

Quando questionados sobre mudanças de renda a partir da valorização da produção, o Gráfico 19 revela que 70% das famílias afirmaram não ter percebido melhoria significativa, o que indica que a segurança jurídica, embora importante, não se traduz automaticamente em ganhos econômicos. Isso reforça a necessidade de políticas complementares voltadas à assistência técnica, crédito e inserção mercadológica. As demais percepções representam um quantitativo pouco expressivo (apenas 7 responderam que aumentou muito a renda e 8 responderam que aumentou um pouco a renda após a titulação) conforme demonstrados percentualmente a seguir.

A finalidade última da produção agrícola em assentamentos é a conversão do esforço laboral em bem-estar social e estabilidade econômica. A valorização dos produtos no mercado atua como impulsionador para a elevação do padrão de vida das famílias. No entanto, o hiato entre a produção e a percepção de lucro real é um desafio complexo, influenciado por custos de insumos, logística e flutuações de mercado, entre outros.

O cruzamento de dados entre a comercialização e a evolução social das famílias revela que a consolidação econômica pós-titulação ainda é um processo em estágio inicial para a maioria absoluta dos beneficiários.

Gráfico 19: Relação entre valorização dos produtos e melhoria na renda e no padrão de vida



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Atualmente existe uma tendência de alterações nos hábitos alimentares, os consumidores vêm buscando por alimentos locais, que apontem para a autenticidade**,** a sustentabilidade e a segurança alimentar**.** Esse movimento valoriza produtos que carregam uma identidade territorial e social, e desta forma conectando quem consome com os agricultores familiares que produzem no campo.

Neste sentido, a percepção dos agricultores familiares do Assentamento Estrela Jaraguari vem ao encontro desta tendência, uma vez que a maioria declarou perceber maior interesse dos consumidores para estas questões, conforme observado na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Percepção dos produtores sobre a demanda por procedência, qualidade e identidade cultural dos alimentos

Interesse quanto à procedência, origem do alimento, qualidade e pela cultura local	**Número de agricultores assentados**	**%**
Sim	31	62%
Não	10	20%
Não sei responder	9	18%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados revelaram o reconhecimento da agricultura familiar como diferencial competitivo. A valorização da origem depende de estratégias de comunicação, organização coletiva e aproximação com consumidores sensíveis à qualidade, procedência e identidade territorial dos alimentos.

3.4 Inclusão Financeira e fortalecimento técnico (ATER)

Este eixo analisa o acesso ao crédito rural, os entraves à contratação de financiamentos e a presença da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A regularização fundiária pode facilitar a inclusão financeira, mas sua efetividade depende da capacidade das famílias de acessar informações, elaborar projetos, superar burocracias e assumir riscos compatíveis com sua realidade econômica.

De acordo com Leite *et al*. (2004), o ingresso em um projeto de assentamento insere os beneficiários em uma nova realidade, cuja consolidação socioeconômica depende fortemente da disponibilidade de capital e instrumentos de apoio produtivo. Nessa ótica, o crédito rural não apenas supre a carência inicial de recursos materiais e financeiros, mas configura-se como um mecanismo essencial para a inclusão produtiva, o fortalecimento da agricultura familiar, a garantia da autonomia e a sustentabilidade dos assentamentos.

Os agricultores familiares assentados constantemente se deparam com um conjunto de dificuldades para acessarem mercados mais competitivos e melhores em função de limitações estruturais, como baixa capacidade de processamento, limitações estruturais, infraestrutura inadequada, dificuldades na constituição de organização social e, por fim, mas não menos importante, a forte existência de barreiras para a obtenção de financiamento para o desenvolvimento de suas atividades no campo (Pitaluga, Kuff, Soares, 2025).

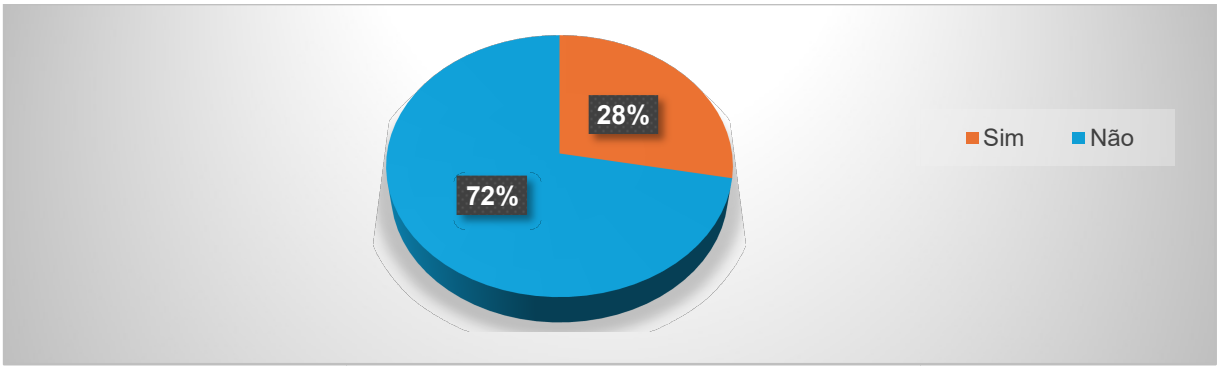
3.4.1 Crédito e financiamento

A análise sobre o acesso ao crédito rural revelou um cenário de baixa adesão e elevado receio de contrair dívidas. Apenas 28% das famílias buscaram contratar algum tipo de financiamento após a titulação, enquanto 72% não buscaram pelo crédito no ano de 2024, conforme apontado no Gráfico 20 abaixo.

Cabe destacar que a modalidade de crédito rural tem como objetivo disponibilizar recursos para investimento, custeio e comercialização da produção, além de também auxiliar na expansão da produtividade para o fortalecimento da renda e geração de emprego no campo. Outro exemplo vem também do Governo

Federal, por meio do Fomento Mulher, que criou uma linha de financiamento específica para o Crédito Instalação, destinado aos assentados. Com valor de até R$5.000,00 por família, o recurso deve ser utilizado sob a responsabilidade da mulher titulada no lote do assentamento. Esta iniciativa visa valorizar a atuação feminina e garantir o direito de permanecer em seu lote.

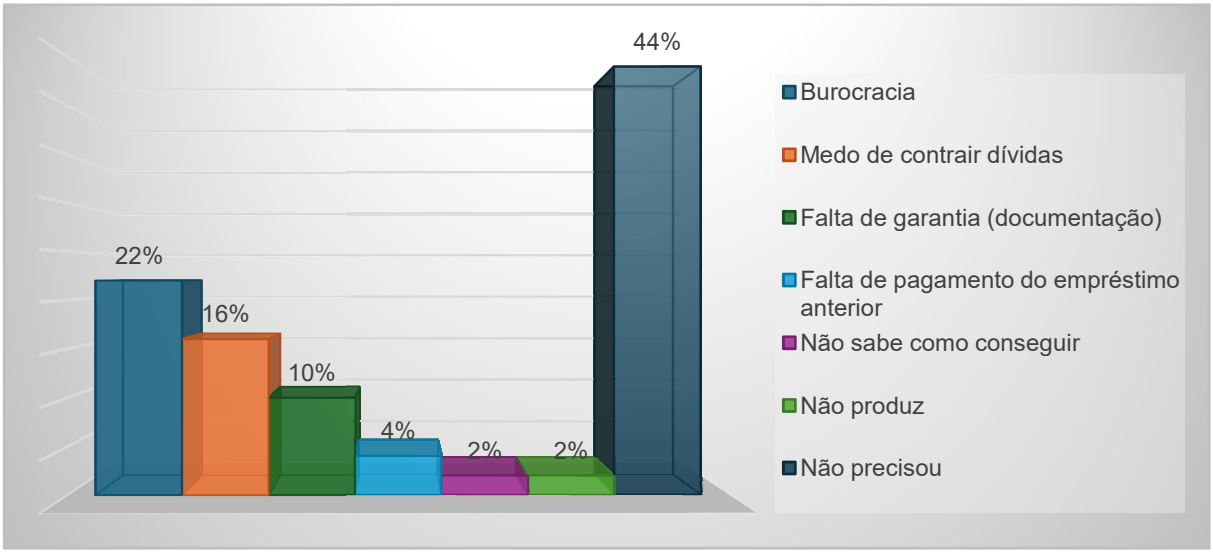
Gráfico 20: Contratação de financiamento ou crédito no último ano



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Dentre principais as justificativas apresentadas para a não procura por linhas de financiamento predominaram o entendimento de que não precisaram deste aporte financeiro (44%), seguido de burocracia (22%); medo de contrair dívidas (16%), ausência de garantias (documentação) (10%), de acordo com o Gráfico 21 a seguir. É preciso considerar que muitos assentados não possuem o CAF e também desconhecem os trâmites para buscar este recurso, com isso refletindo-se na baixa inclusão financeira.

Gráfico 21: Principais motivos para não acessar o crédito



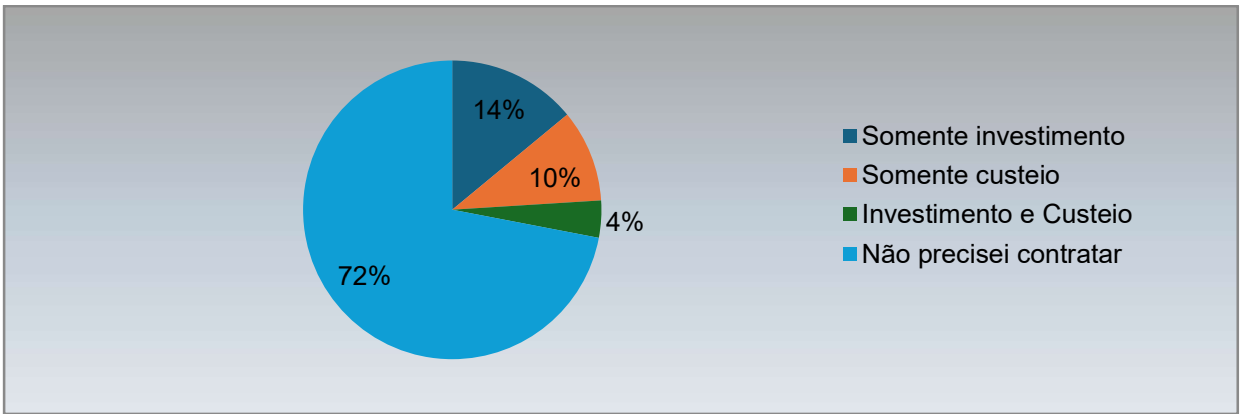
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De forma geral, o cenário observado no Assentamento Estrela Jaraguari – caracterizado pela baixa demanda e pelas barreiras significativas no acesso ao crédito rural – evidencia que a titulação da terra, isoladamente, não garante a consolidação socioeconômica dos assentamentos.

Assim, torna-se imprescindível a implementação de ações complementares e novas políticas, mais ajustadas à realidade vivenciada por estes. Essas ações incluem a oferta de assistência técnica, fundamental para a elaboração de projetos e orientação financeira, além da criação de políticas públicas de fomento, subsídios e financiamento que efetivamente removam os obstáculos, incentivem e facilitem o acesso ao crédito.

Contudo, as instituições financeiras dispõem de várias modalidades de suporte aos agricultores familiares. Para o Assentamento Estrela Jaraguari, a realidade apresentada revela, para àqueles que contrataram, a procura se deu da seguinte forma: 14% solicitou para investimento; 10% solicitou para custeio e 4% para ambas as finalidades,conforme Gráfico 22 abaixo.

Gráfico 22: Modalidade de crédito contratada

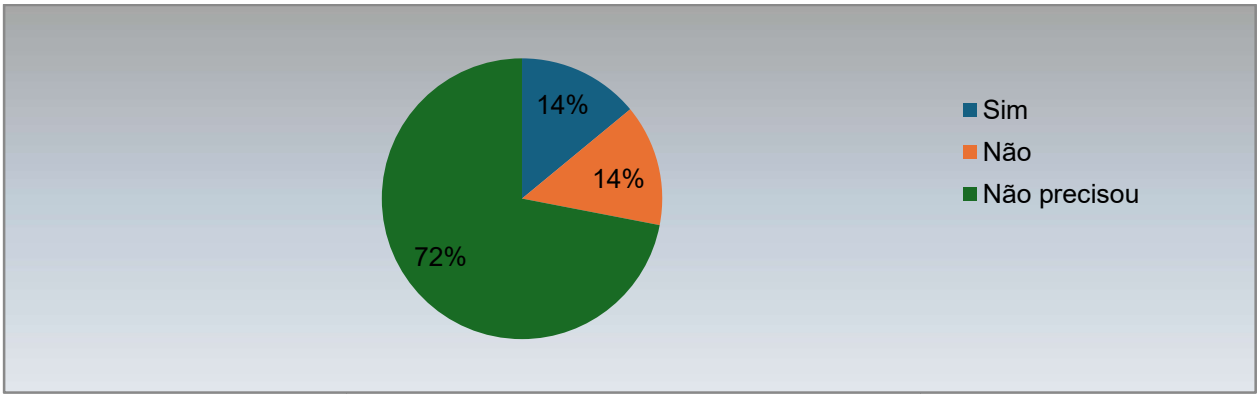


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Todavia, a taxa de sucesso foi baixa, com poucos assentados conseguindo aderir ao crédito. A regularização fundiária foi um fator facilitador na contratação. Essa resistência ao crédito está diretamente relacionada com a baixa aquisição de equipamentos mecânicos e a limitada expansão da área produtiva registradas no relatório. Sabe-se que o crédito rural oportuniza, àqueles que dele dependem, o financiamento e o investimento nas atividades produtivas de várias formas.

Embora a titulação represente um passo importante para a regularização fundiária, não houve ampliação efetiva do acesso ao sistema financeiro rural, seja por falta de informação, seja por ausência de políticas creditícias adaptadas à realidade de pequenos produtores. Apenas 14% dos entrevistados afirmaram que a titulação facilitou a obtenção de crédito (Gráfico 23), demonstrando que a segurança jurídica ainda não se converteu em inclusão financeira real.

Gráfico 23: Percepção quanto à facilidade de obtenção de crédito



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados revelaram que este é mais um desafio a ser superado pelos assentados, uma vez que a regularização fundiária e a consequente titulação abrem novas oportunidades para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

3.4.2 Assistência técnica e extensão rural - ATER

Neste item a pesquisa buscou analisar e compreender como o poder público, além de conceder a titulação das terras, tem contribuído para garantir a permanência e o desenvolvimento das famílias assentadas. A assistência técnica e extensão rural surgem como uma política pública complementar essencial não apenas para a consolidação dos assentamentos rurais, mas também como mecanismo de fortalecimento do Programa Nacional de Reforma Agrária, oferecendo acesso à conhecimentos, práticas produtivas e orientações de gestão que viabilizam o cultivo agrícola, a criação de animais e a sustentabilidade econômica, social e ambiental das propriedades.

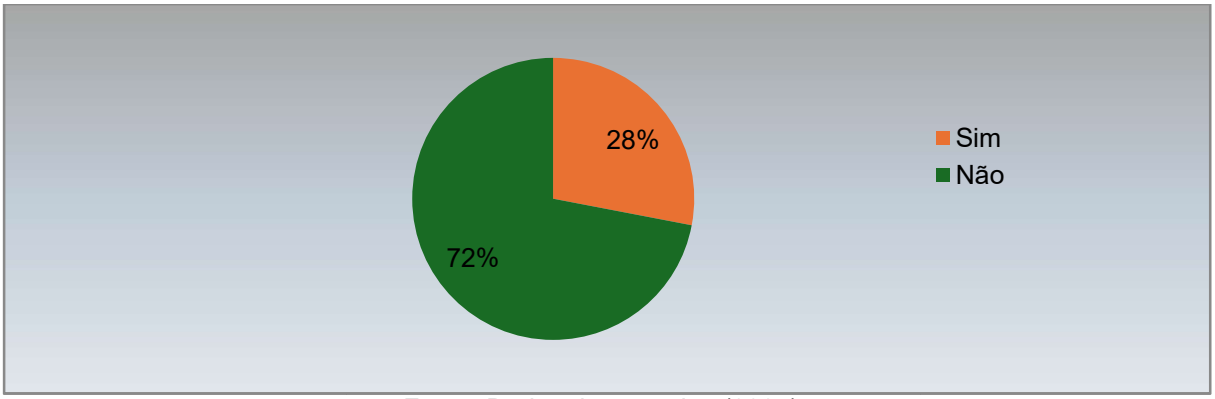
A presença e a continuidade da assistência técnica são fatores essenciais para o sucesso das famílias beneficiadas pela titulação. No caso do Assentamento Estrela Jaraguari apenas 28% das famílias recebeu algum tipo de atendimento técnico, enquanto 72% afirmaram não ter recebido orientação ou acompanhamento após a titulação dos seus lotes, conforme Gráfico 24, disposto a seguir.

Este é um dado relevante, haja vista que o recebimento de assistência técnica e extensão rural - ATER de forma contínua proporciona uma melhor orientação e capacitação para a correta e adequada exploração do solo, permitindo que o assentado possa melhorar a produtividade da área e obter bons resultados financeiros.

Entende-se que é necessário um esforço tanto por parte do Governo Federal quanto do Governo Estadual visando assegurar que técnicos e/ou extensionistas visitem com maior regularidade as unidades produtivas para oportunizar a aprendizagem de novas tecnologias e sistemas de produção que permitam a expansão da área cultivada e consequentemente o volume de produção, minimizando as perdas e desperdícios.

A ausência de assistência para mais da metade da população do assentamento representa um risco crítico à sustentabilidade do projeto de Reforma Agrária. Sem orientação técnica, a capacidade dessas famílias de acessar linhas de crédito, implementar melhorias zootécnicas ou diversificar a matriz produtiva ficam severamente comprometida.

Gráfico 24: Recebimento de Assistência Técnica e Extensão Rural



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quando questionados sobre o recebimento de ATER durante o ano anterior à realização da pesquisa, ou seja, no ano de 2024, as principais entidades mencionadas como responsável pela prestação de serviço de Assistência Técnica foi a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), citada por 65% das famílias. Outras instituições, como Prefeitura Municipal (10%), Cooperativas (10%), SENAR (5%) e INCRA (5%), tiveram participação pontual, evidenciando um quadro de atuação fragmentada e não contínua, conforme demonstrado na Tabela 5 a seguir.

A AGRAER foi predominante e decisiva para àqueles que receberam a assistência, cumprindo seu papel de promover e gerir políticas públicas com foco no desenvolvimento agrário e sustentável, no fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e inclusão socioprodutiva. Também foi atribuído um nível de importância para as entidades que prestam o serviço de assistência técnica é a AGRAER liderou, sempre com nível máximo de importância.

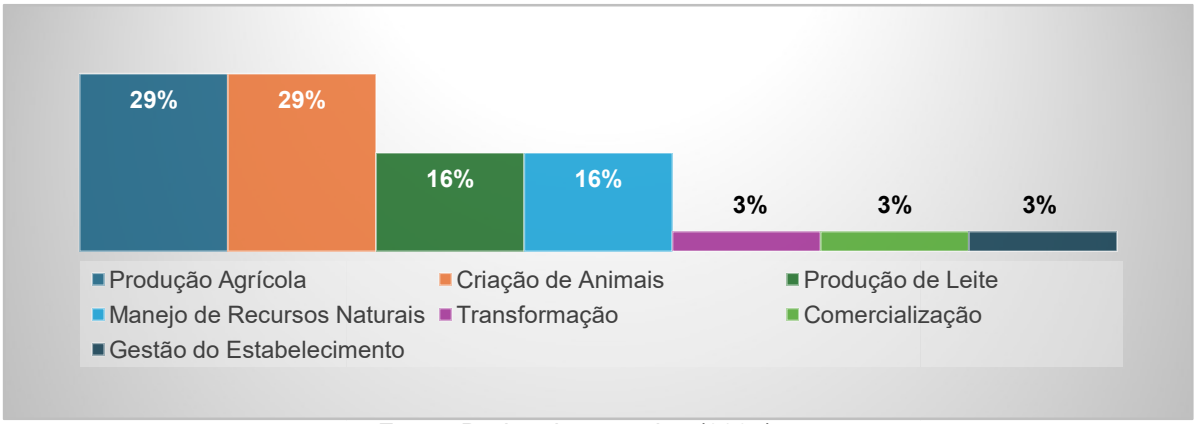
Tabela 5: Principais entidades prestadoras de ATER

Entidades	Quantidade	%
AGRAER	13	65%
INCRA	1	5%
SENAR	1	5%
Cooperativa	2	10%
Prefeitura	2	10%
Associação	1	5%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto às atividades atendidas no ano de 2024(anterior a realização da pesquisa), observa-se que a assistência se concentrou nas áreas de produção agrícola (29%) e criação de animais (29%), seguidas por manejo de recursos naturais (16%) e produção de leite (16%). Essa distribuição reflete o foco da extensão rural em atividades de base agropecuária tradicional, com menor presença de ações voltadas à comercialização, gestão e transformação de produtos, que juntas representaram menos de 10%, de acordo com o Gráfico 25 apresentado abaixo.

Gráfico 25: Atividades mais contempladas pela ATER



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em síntese, os dados apontam que a assistência técnica ainda carece de maior cobertura e de diversificação temática, de modo a atender um número maior de famílias assentadas. Entende-se que as ações sejam voltadas não apenas à

produção primária, mas também às demandas de gestão, comercialização e sustentabilidade ambiental, indispensáveis para o êxito dos Programas de Reforma Agrária.

A ausência de suporte nessas frentes explica a dificuldade de expansão produtiva e o baixo índice de contratação de financiamentos observados anteriormente: sem assessoria para gerir o negócio ou acessar mercados, o produtor tende a permanecer no ciclo de subsistência.

3.5 Sustentabilidade, cooperação e Tecnologias de infromação

Este eixo avalia práticas sustentáveis, redes de cooperação, capacitações e uso de tecnologias de informação e comunicação. A sustentabilidade do assentamento depende não apenas de técnicas de manejo ambiental, mas também da capacidade coletiva de organizar produção, processar alimentos, acessar mercados e comunicar o valor de seus produtos.

O associativismo e a formação de redes de cooperação são pilares fundamentais para a viabilidade econômica da agricultura familiar. Em assentamentos, a articulação comunitária permite superar barreiras individuais, como a falta de maquinário, o baixo volume de produção para grandes mercados e as dificuldades no processamento de alimentos.

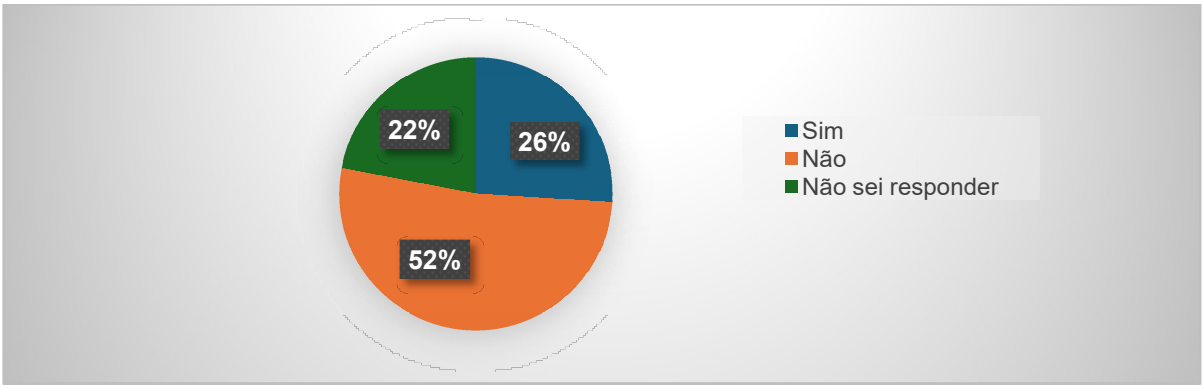
A pesquisa buscou levantar como ocorrem as ações coletivas no Assentamento Estrela como estratégia para enfrentar desafios produtivos, processar alimentos e fortalecer a inserção em mercados.

Assim, os dados revelaram que este ainda é um fator que carece de atenção. Logo, a organização coletiva ainda é incipiente. Apenas 26% das famílias declararam participar de algum tipo de rede de cooperação ou ação associativa (Gráfico 26), o que limita a capacidade de negociação e o fortalecimento da comercialização conjunta. Corroborando estes dados, tem-se que a decisão de atuar na modalidade coletiva ou de forma individual configura-se como uma estratégia decisiva para o desempenho dos agricultores familiares frente ao acesso aos mercados institucionais, por exemplo (Pitaluga e Le Bourlegat, 2021).

Ainda para as mesmas autoras, atuar de forma coletiva seja por meio de associação ou cooperativa, frente aos processos de chamadas públicas, configura-se como um critério de vantagem, de desempate e com isso permite a garantia de entrega de um volume maior, diversificação dos produtos, regularidade e logística mais adequados ao abastecimento dos alimentos.

Essa fragilidade institucional reforça a necessidade de políticas públicas voltadas ao incentivo ao cooperativismo, à assistência técnica coletiva e ao fortalecimento das redes locais de comercialização. Esta realidade também pode ser corroborada pela baixa comercialização junto às cooperativas e associações, observada nos canais de comercialização acessados pelos assentados.

Gráfico 26: Participação em redes de cooperação e/ou organização coletiva



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

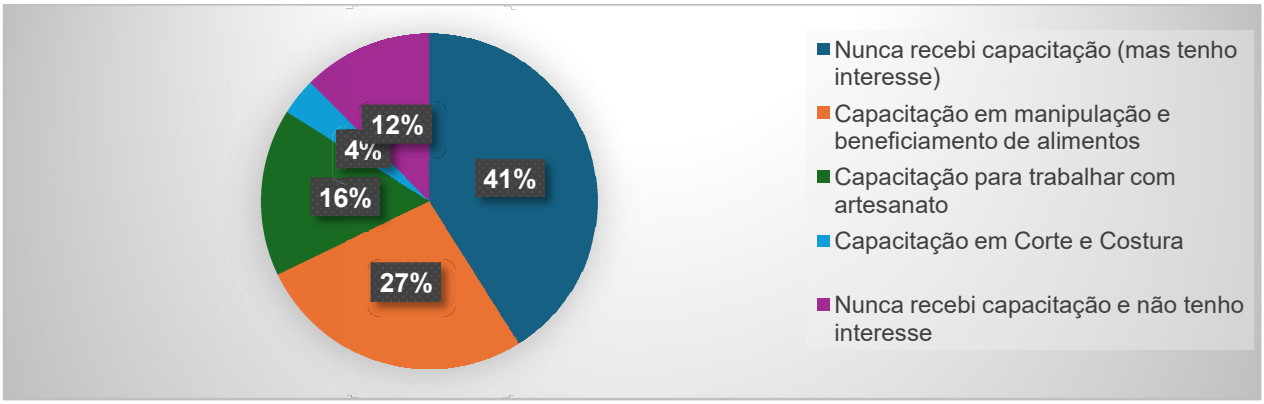
São escassas as discussões e debates sobre a viabilidade econômica e social dos assentamentos de reforma agrária, especialmente quando associada a uma política integrada de manutenção das famílias no campo. Logo, as diversas formas de capacitações oferecidas aos assentados são fundamentais para a promoção e para alavancar a autogestão, o desenvolvimento rural e sustentável das comunidades rurais, a geração de renda e a inclusão socioprodutiva.

Contudo, esta é uma realidade ainda distante no Assentamento Estrela Jaraguari, uma vez que 41% dos entrevistados afirmaram nunca terem recebido nenhum tipo de capacitação ou treinamento. Chama a atenção outros resultados, um pequeno grupo declarou que além de nunca terem recebido capacitação também não manifestaram interesse em recebê-la, o que revela não apenas uma baixa

capacidade para novas formas de aprendizado, mas também um baixo interesse em se qualificar para a abertura de novas oportunidades de trabalho e expansão da renda.

Por outro lado, 27% declaram ter recebido capacitação para trabalhar com o beneficiamento de alimentos, o que demonstra o interesse no cultivo de alimentos e também a busca de novas formas de obtenção de renda e a possibilidade de acessarem novos mercados alimentares, conquistarem mais autonomia e independência financeira. Este mesmo entendimento também se aplica àqueles que declararam terem recebido capacitações para o desenvolvimento de atividades de artesanato e corte costura, possivelmente lideradas pelas mulheres, conforme apontados no Gráfico 27 abaixo.

Gráfico 27: Participação em treinamentos e/ou capacitações



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Logo, se reforça a importância da disseminação das capacitações e especialmente da difusão e fortalecimento da pluriatividade nos assentamentos como mecanismo de geração de renda, inclusão social e principalmente por propagar práticas voltadas para a economia circular, estas que vem ao encontro da sustentabilidade ambiental.

Com isso, observa-se que a titulação dos lotes, quando acompanhada de ações educativas, formativas e demais estratégias integradoras, pode favorecer a organização comunitária e social, fortalecer o desenvolvimento e o dinamismo da economia local e estimular práticas produtivas mais conscientes, sustentáveis e cooperativas.

3.5.1 Práticas Sustentáveis

A adoção ou não do uso de agrotóxicos e a incorporação de técnicas de manejo sustentável também se apresentam como elementos centrais na análise, indicando diferentes níveis de conscientização e práticas de cuidado com o solo, a água e os ecossistemas locais.

A transição para modelos produtivos mais resilientes é um dos desdobramentos esperados da regularização fundiária. A segurança da posse atua como um indutor de práticas responsáveis, permitindo que as famílias planejem o uso da terra com foco na conservação de longo prazo.

Em relação às práticas sustentáveis destaca-se que 35% dos assentados afirmaram adotar ações de reaproveitamento de alimentos e redução de desperdício, 25% realizam compostagem, e 19% praticam agroecologia. A presença de cisternas (4%) e produção orgânica (3%) ainda são incipientes, mas apontam caminhos promissores para o fortalecimento de uma agenda ambiental no Assentamento Estrela Jaraguari.

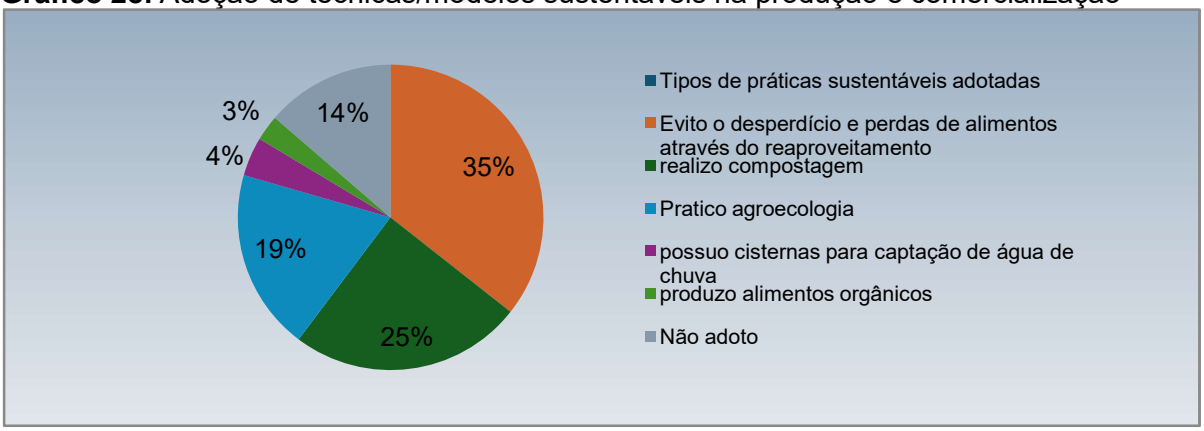
Ou seja, a maioria dos assentados entrevistados declarou adotar alguma prática sustentável, fato este que ratifica a importância de boas práticas para a manutenção e qualidade da produção. Apenas um pequeno grupo informou não adotar nenhuma técnica. Tais informações podem ser visualizadas no gráfico 28 a seguir.

O histórico das práticas agroecológicas mostra um movimento crescente que já abarca o mundo todo a favor da transição para sistemas alimentares sustentáveis. Neste sentido, entende-se que cabe um esforço entre todos os atores, seja da sociedade civil e especialmente da esfera pública visando um alinhamento a favor de projetos de longa duração, com maior cooperação e envolvimento sobre agroecologia e demais ações visando à promoção da construção de territórios agroecológicos.

É preciso conectar a esfera pública, consumidores e agricultores assentados nos seus “laboratórios vivos” com o objetivo de estreitar a relação do campo com a alimentação saudável, apostando na educação como estratégia que visa contribuir

com uma transição alimentar sustentável, saudável e que promova segurança alimentar, justiça climática, renda aos assentados e maior inclusão produtiva.

Gráfico 28: Adoção de técnicas/modelos sustentáveis na produção e comercialização

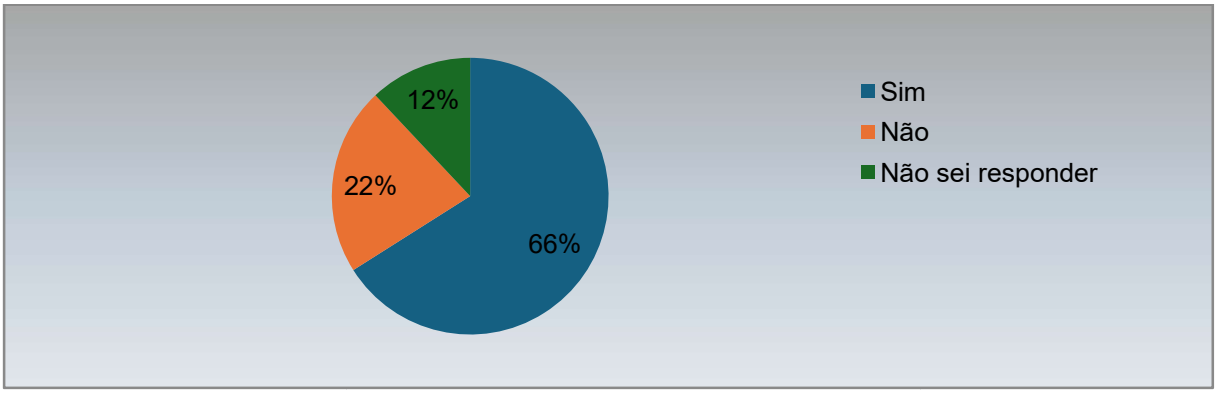


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à preocupação, ao desenvolvimento de ações sobre o uso consciente da terra, água, energia e proteção ambiental, a maioria dos assentados, 66%, conforme Gráfico 29 a seguir, revelou um alinhamento com a tendência não só nacional, mas também mundial no que tange à preservação dos recursos naturais.

Este é um ponto muito importante, pois demonstra que os assentados, embora não tenham recebidos capacitações, treinamentos e assistência técnica constantes, ainda assim se posicionam e agem de forma a garantir a sustentabilidade ambiental, a preservação dos recursos, consideram a questão do acesso coletivo à água e demonstram uma postura ambientalmente responsável.

Gráfico 29: Existência de sensibilidade e ações de conservação e proteção ao meio ambiente



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

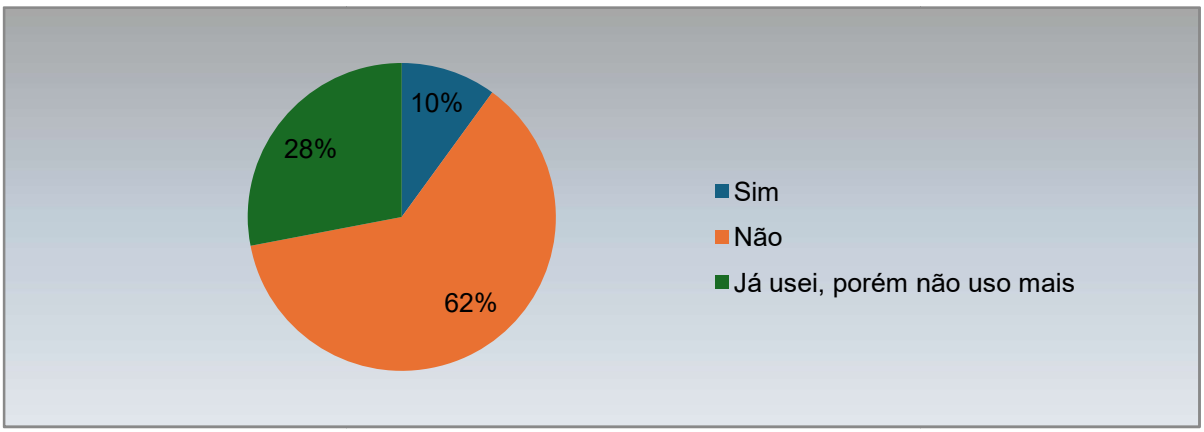
Esse resultado demonstra que a titulação fortalece a responsabilidade socioambiental, favorecendo o uso racional dos recursos e a sustentabilidade da produção agrícola, indicando uma transição parcial para modelos mais sustentáveis, associada à titulação e à maior segurança sobre a terra.

Este posicionamento pode ser comprovado pela declaração sobre o uso de agrotóxicos e demais produtos químicos utilizados nos lotes. Uma minoria (apenas 5 assentados) afirmou que faz uso de algum tipo de produto químico ou agrotóxico. Ou ponto importante consiste na conversão para as práticas mais conservacionistas, ou seja, 14 assentados declararam já terem usado, mas não fazem mais usos deste e a maioria declarou não usar, conforme pode ser demonstrado no Gráfico 30 abaixo.

Esse cenário sugere uma transição gradual para práticas agroecológicas, de manejo menos agressiva ao meio ambiente ou ainda que se apóie na utilização de bioinsumos em substituição aos agroquímicos, embora ainda haja necessidade de orientação técnica e incentivos a modelos produtivos mais sustentáveis e resilientes e que promovam um equilíbrio ambiental e agrega valor biológico e segurança dos produtos.

A transição para modelos produtivos mais resilientes é um dos desdobramentos esperados da regularização fundiária. A segurança da posse atua como um indutor de práticas responsáveis, permitindo que as famílias planejem o uso da terra com foco na conservação de longo prazo.

Gráfico 30: Utilização de agrotóxico e/ou demais produtos químicos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Destaca-se que muitos assentamentos rurais em MS e no Brasil também vêm optando pela transição para sistemas produtivos mais sustentáveis e alinhados à demanda mundial por produtos mais saudáveis e nutritivos. Esta é uma importante condição, pois além de oferecem produtos com melhor qualidade, as práticas agroecológicas garantem a melhor preservação e regeneração do solo, impedem o empobrecimento deste e ainda garantem o uso perene deste.

3.5.2 Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs (WhatsApp, redes sociais)

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) demonstra um impacto contemporâneo da titulação, já que o acesso a redes sociais e aplicativos de comunicação tem contribuído para estreitar a relação com os consumidores e expandir as vendas.

Os chamados pela literatura como “mercados alimentares digitais”, são concebidos como novos canais de comercialização que se utilizam das interfaces digitais para que as transações entre consumidores e os agricultores familiares assentados se realizem, especialmente nos mercados locais.

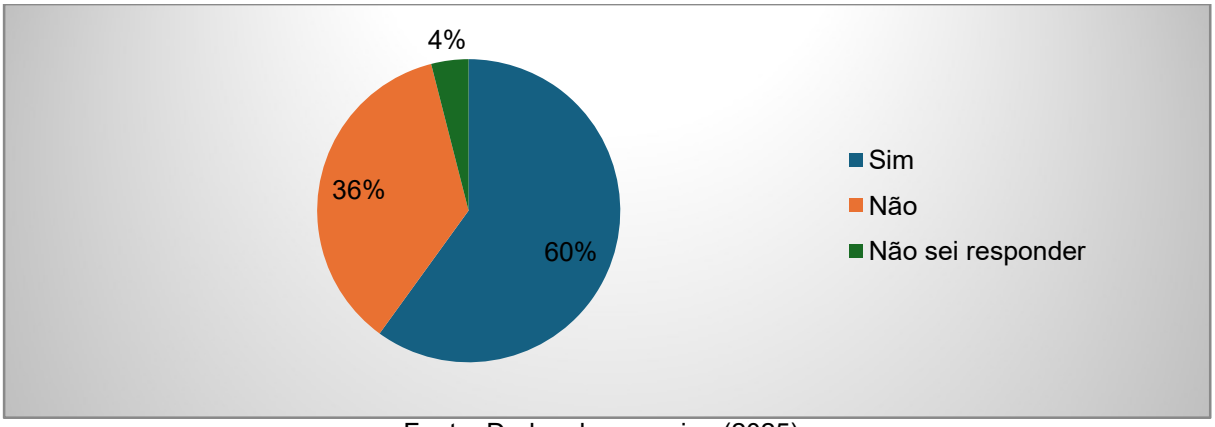
A pesquisa revelou um dado expressivo quanto ao uso das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs): o Gráfico 31 a seguir revela que 60% dos assentados confirmaram que o uso de aplicativos e redes sociais contribuiu para ampliar as vendas e aproximar os consumidores, demonstrando a incorporação gradual de instrumentos digitais como estratégia de inserção econômica e social.

A transformação digital no campo é um dos reflexos mais evidentes da modernização dos assentamentos pós-titulação. O acesso às TICs — como redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de venda — redefine a logística de comercialização e o relacionamento com o mercado. Para o pequeno produtor, as TICs funcionam não apenas a modernização dos canais de comercialização, mas também uma adaptação dos assentados às novas formas de interação econômica e social.

Diversos outros estudos recentes apontam para a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar por meio dos mercados digitais. Para Cunha e Schneider (2021), a expansão do comércio eletrônico e as tecnologias

digitais emergem como fatores potenciais para promoverem uma maior inserção de alimentos e produtos provenientes dos agricultores familiares nos mercados. A comercialização por meio de plataformas digitais oportuniza o estabelecimento de uma conexão direta junto aos consumidores, restringindo a dependência de intermediários e alavancando a sustentabilidade econômica das famílias (Maciel; Troian; Oliveira, 2023).

Gráfico 31: Percepção da contribuição das TICs para expansão das vendas e aproximação com os consumidores



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O uso das TICs surge como uma ferramenta emergente e acessível para ampliar o alcance dos produtores e facilitar o contato direto com consumidores, representando uma inovação espontânea que deve ser fortalecida por meio de capacitação digital e apoio institucional.

Uma possível explicação para que as TICs não sejam utilizadas por todos os assentados pode ser atribuída à faixa etária destes, cujo predomínio reside em faixas mais avançadas, ou seja, 59% da população residente no Assentamento Estrela tem idade igual ou superior a 46 anos, o que pode revelar pouca familiaridade e domínio para com estas tecnologias.

A análise da situação fundiária e ocupacional no Assentamento Estrela Jaraguari revela-se essencial para compreender os efeitos da política de titulação e os desafios ainda enfrentados pelas famílias assentadas. Logo, a precariedade na infraestrutura, a escassez de recursos financeiros e apoio técnico limitado associado ao perfil socioeconômico e às dificuldades para acessar adequadamente as políticas públicas comprometem a consolidação da política da reforma agrária na comunidade rural.

Essa tendência aponta para a crescente importância da inclusão digital no meio rural, especialmente como estratégia de comercialização e valorização da produção familiar. A adoção das TICs também está associada à autonomia dos produtores e à capacidade de inovar nas formas de relacionamento com o mercado. Este cenário abre caminho para futuras capacitações em "Marketing Digital Rural" e "Gestão de E-commerce", potencializando ainda mais a autonomia financeira conquistada com a titulação da terra.

E é justamente a partir desta “arquitetura” que se entende como essencial fomentar novas discussões, criar agendas de pesquisas e trabalho, estimular o fortalecimento das políticas públicas de regularização fundiária que são ferramentas fundamentais para promover a segurança jurídica dos assentados, assim como ampliar o acesso aos serviços de transmissão de dados digitais, a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul.

3.6 Qualidade de vida: h*abitat*, saneamento e padrão de consumo

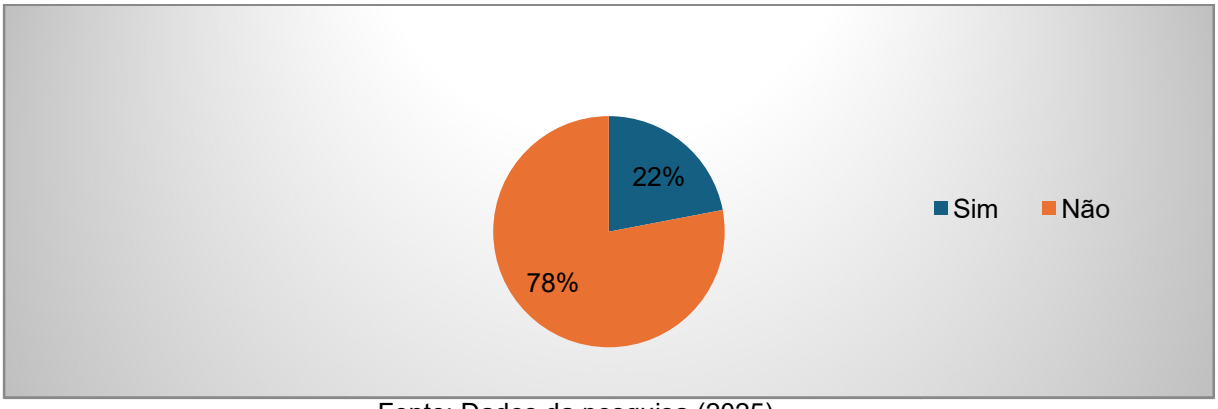
Neste eixo a pesquisa avaliou as condições de moradia das famílias assentadas considerando aspectos como o reformas e ampliações, tipo de habitação, acesso a higiene pessoal (aspectos sanitários) e a disponibilidade de água. A composição das residências, seja de alvenaria, madeira ou mista revela o nível de infraestrutura alcançado nos assentamentos. Da mesma forma, a existência de banheiro adequado, interno ou externo e o acesso à água potável, seja por rede encanada, poços ou outras fontes, são fatores que impactam diretamente na saúde, na dignidade humana e na qualidade de vida.

Esses elementos se mostram fundamentais frente à instauração da política pública da Reforma Agrária, pois vão além do simples acesso à terra, garantindo condições mínimas de qualidade de vida para que as famílias possam viver, produzir para o autoconsumo e para comercialização com dignidade, respeito e sustentabilidade.

O processo de titulação ao conferir segurança jurídica, tende a incentivar investimentos habitacionais, com isso estimulou pequenas melhorias habitacionais e produtivas, mas de alcance restrito. Do total de entrevistados, apenas 11 famílias (22%) realizaram reformas ou ampliações em suas moradias, a maioria destas, compostas 39 famílias (78%) manteve as condições anteriores, conforme demonstrados no Gráfico 32 abaixo. Essa limitação decorre, em grande parte, da escassez de recursos próprios e da dificuldade de acesso a crédito. Mais uma vez se corrobora a questão da não utilização de linhas financiamento.

Essa realidade reforça o impacto limitado do crédito habitacional e a dificuldade dos assentados em acessar programas públicos voltados à melhoria das condições de moradia rural. A ausência do CAF também pode ser refletida nesta situação.

Gráfico 32: Reformas e ampliações realizadas



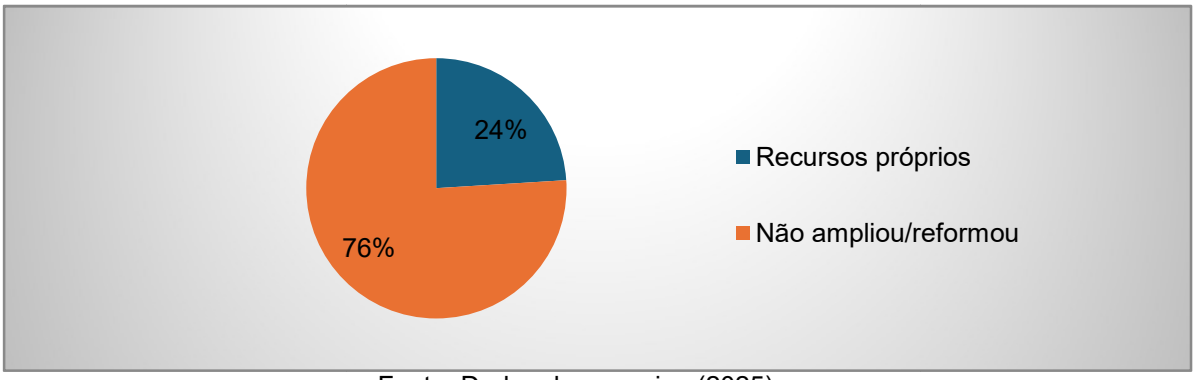
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Visando promover o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos rurais, os assentados buscam além da segurança jurídica, a melhoria das suas condições de vida por meio da estruturação de suas moradias, produção agropecuária e comercialização. Neste sentido, após a titulação cabe aos

agricultores assentados garantir sua permanência nas moradias rurais por meio, entre outras ações, de melhorias e reformas/benfeitorias.

Apesar de o Governo disponibilizar uma linha de financiamento específica para construção e reforma, o "crédito instalação", oportunizando a compra de materiais de construção e a contratação de mão-de-obra, esta política não é alcançada pelos assentados, conforme apontado e descrito no Gráfico 33 a seguir. A pesquisa traz dados interessantes, uma vez que revela que a maioria dos assentados não realizou reformas, e a minoria que fez se utilizou de recursos próprios. Ou seja, a política de crédito não foi acionada por estes, reforçando o cenário e entraves já colocados anteriormente.

Gráfico 33: Fontes dos recursos para reforma



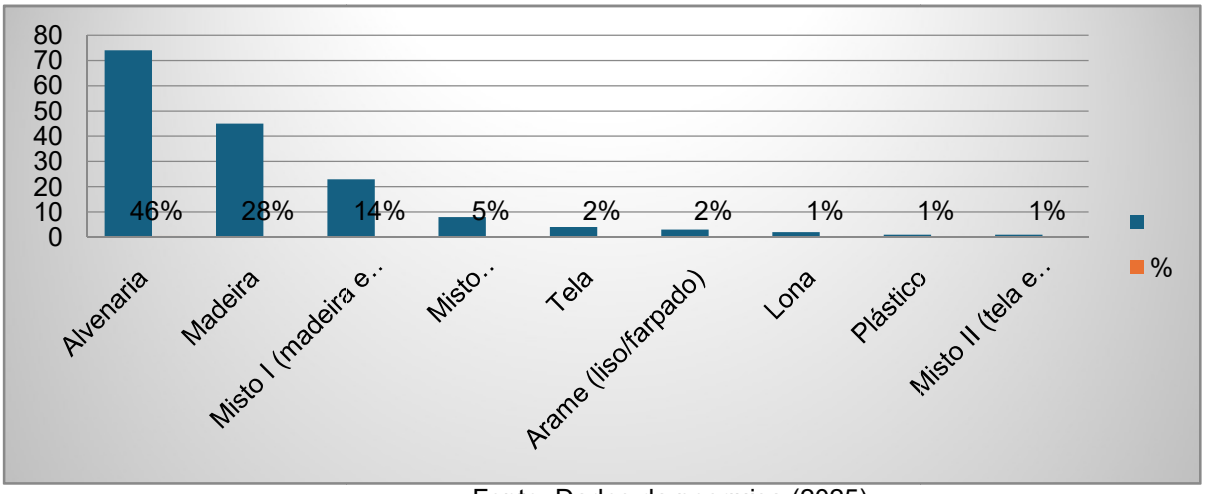
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação das políticas públicas habitacionais específicas para o campo, voltadas à ampliação do financiamento e do apoio técnico para construção e reforma de residências rurais, garantindo que a titulação da terra se traduza, de fato, em melhores condições de moradia, bem-estar e desenvolvimento econômico e social para as famílias beneficiárias.

No que se refere ao tipo de moradias, o Gráfico 34 a seguir aponta que a maioria das casas dos assentados é de alvenaria (46%), mas também há construções de madeira (28%) e mistas, sendo madeira e alvenaria (14%), dentre outros tipos com menor freqüência.

O tipo de casa revela a condição de estruturação de cada família, bem como a evolução ou não da situação econômica destes.

Gráfico 34: Material predominante nas construções das casas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Destaca-se, nesse contexto, a modalidade Habitacional do programa Crédito Instalação do INCRA, que permite às famílias beneficiárias utilizarem recursos para aquisição de materiais de construção, contratação de projetos arquitetônicos e de engenharia, além de mão de obra e serviços técnicos necessários para a construção ou aprimoramento de suas moradias.[3]

3.6.1 Saneamento e Condições Sanitária

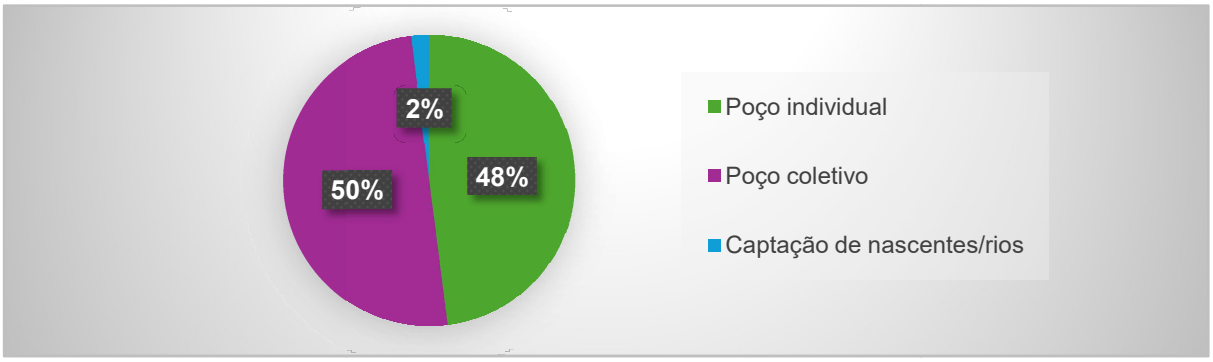
O abastecimento de água constitui um aspecto essencial, pois o acesso contínuo e seguro à água potável são indispensáveis tanto para o consumo humano quanto para as atividades produtivas. No contexto da Reforma Agrária, assegurar disponibilidade de água de qualidade é uma condição crucial para a permanência das famílias no assentamento e para a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no campo.

Quanto ao abastecimento/origem da água, 98% das famílias possuem acesso à água, proveniente majoritariamente de poços individuais (48%) e poços coletivos (50%), conforme Gráfico 35 a seguir. Apenas uma família (2%) informou utilizar

[3]BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Crédito Instalação**. Brasília, 28 jan. 2020. Atualizado em 21 mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/credito. Acesso em: 23 set. 2025.

captação de nascente ou rio, o que demonstra um padrão satisfatório de abastecimento hídrico no Assentamento Estrela, embora a manutenção e a qualidade da água continuem sendo pontos de atenção.

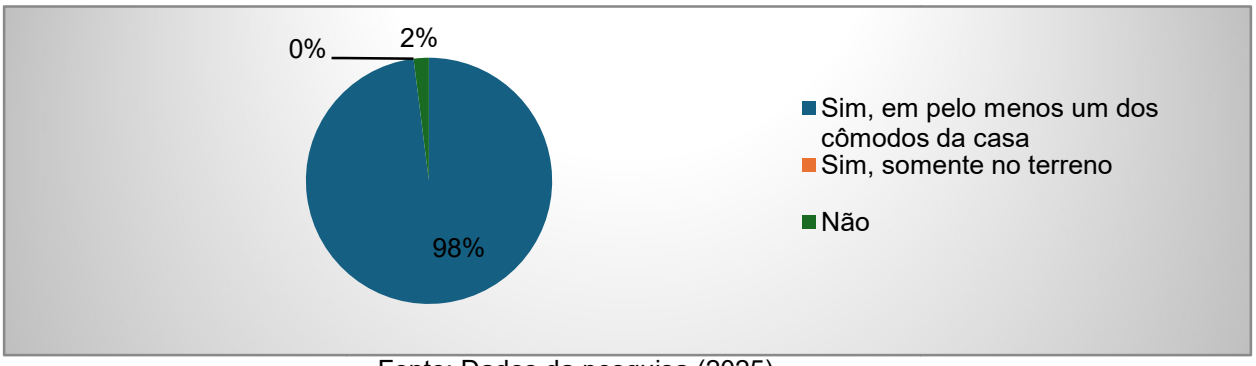
Gráfico 35: Abastecimento/origem majoritária de água



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se referem à canalização da água, os assentados informaram majoritariamente (98%) que em pelo menos um cômodo da casa há água encanada. E apenas 1 único assentado revelou não ter disponível água encanada em sua casa, conforme gráfico 36 a seguir.

Gráfico 36: Canalização da água



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O acesso ao abastecimento de água conjugado ao sistema de canalização revela que os assentados desfrutam de infraestrutura básica para sua sobrevivência, assim como para utilização nas atividades produtivas. Garantir o acesso a água consiste em uma das grandes preocupações dos governos, além da garantia da dignidade humana.

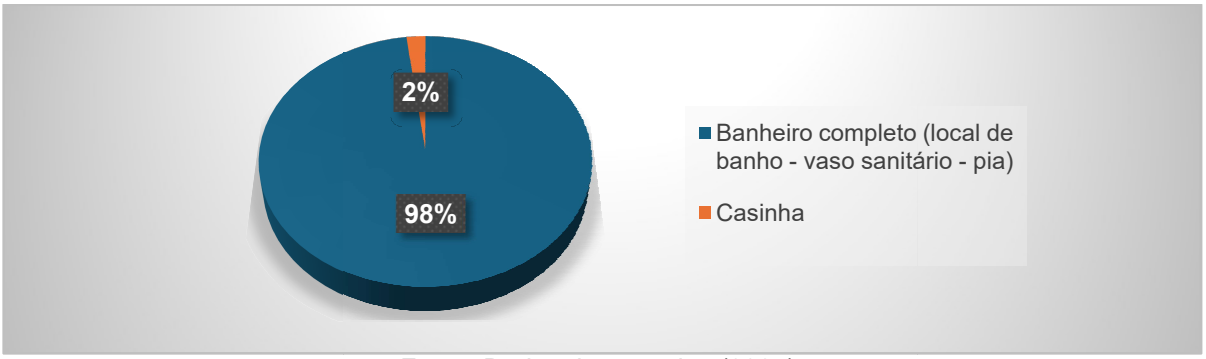
Em relação à infraestrutura sanitária, a pesquisa indicou que 98% das residências possuem banheiro completo, com local de banho, vaso sanitário e pia, e apenas uma unidade (2%) utiliza estrutura do tipo “casinha”, conforme Gráfico 37 a seguir. Esse dado aponta para avanços relevantes nas condições sanitárias, reflexo de investimentos anteriores em infraestrutura básica e também pelos programas sociais. Há que se considerar que este tipo de investimento colabora com a saúde e com o bem estar das famílias assentadas, evitando contaminações nos alimentos e na propagação e prevalência de doenças.

As condições de saneamento são fundamentais para garantir aspectos sanitários, saúde e dignidade das famílias assentadas, já que o acesso aos banheiros adequados e instalações sanitárias apropriadas impacta diretamente na qualidade de vida. A análise dos dados revelou que praticamente todos os assentados possuem em suas residências banheiro completo, com local apropriado para banho, vaso sanitário e pia.

O acesso a banheiro e saneamento básico no meio rural constitui um fator essencial para a promoção da saúde, da dignidade e da qualidade de vida das famílias assentadas. A existência de instalações sanitárias adequadas previne a contaminação do solo e da água, reduzindo a incidência de doenças como diarréia, hepatite e verminoses, comuns em locais onde não há tratamento adequado de resíduos e, sobretudo, corrobora a fixação da família no campo.

Além de representar um avanço em termos de higiene e conforto, o banheiro domiciliar garante privacidade e segurança, especialmente para mulheres, crianças e idosos, evitando a exposição a riscos físicos e ambientais. Sob a perspectiva ambiental, o saneamento contribui para a preservação dos recursos hídricos, impedindo o lançamento de efluentes diretamente no meio natural. Assim, o acesso a banheiros e à infraestrutura sanitária adequada torna-se um importante indicador de desenvolvimento e inclusão social no campo, refletindo a efetividade das políticas públicas de reforma agrária e de promoção da cidadania rural.

Gráfico 37: Condições de sanitárias nos lotes

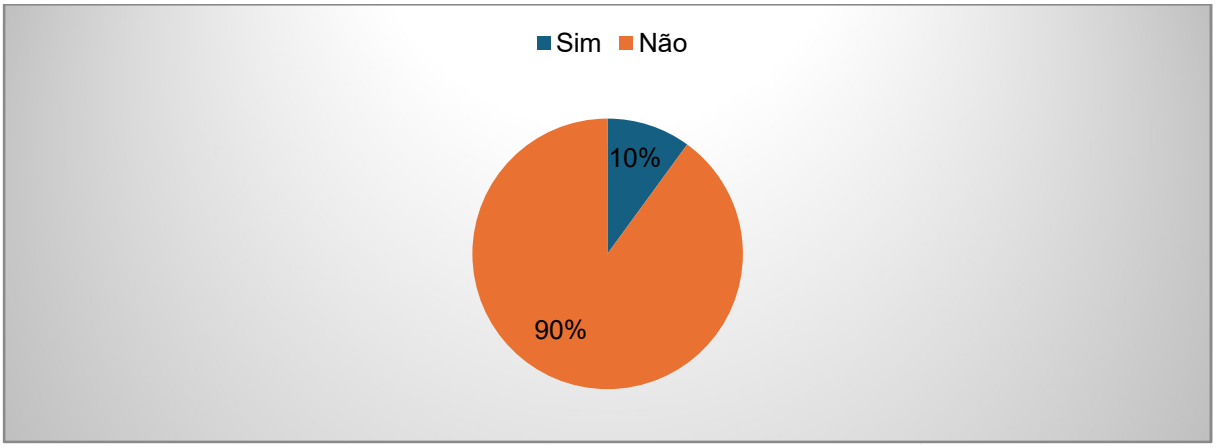


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Já quanto a alterações na forma de captação de água, a pesquisa apontou que somente 10%, que representam 5 entrevistados, revelaram alguma alteração na forma em que captam água para suas moradias. A maioria absoluta informou não haver modificações após o processo de titulação (Gráfico 38).

Esta realidade mostra uma forte estabilidade neste quesito, ou seja, independente da sua situação fundiária, a captação de água mantém-se da mesma forma, não havendo incremento ou avanços sob o aspecto hídrico. Tal realidade reflete-se na produção dos alimentos especialmente para àqueles que declaram que a origem da água acessada é proveniente de poço de uso coletivo.

Gráfico 38: Mudança na captação de água



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A baixa taxa de modificação hídrica pós-titulação reforça a percepção de que a infraestrutura de água é um dos elementos de instalação primária mais resilientes do assentamento.

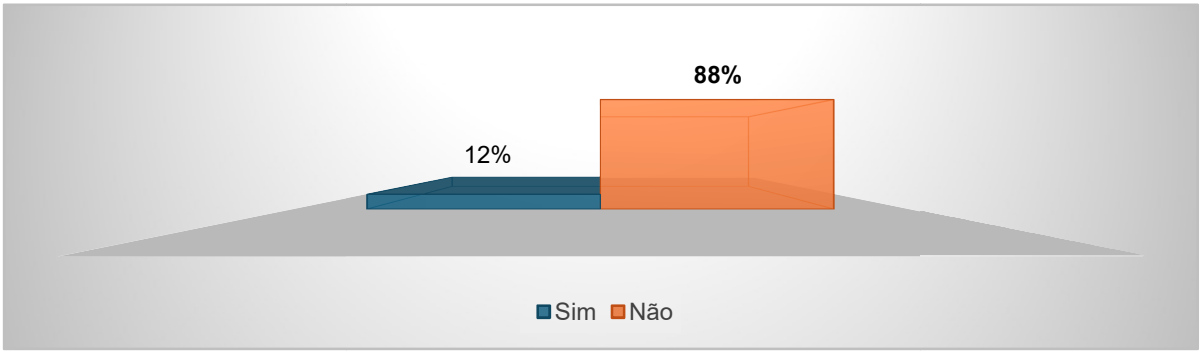
3.6.2 Padrões de consumo: Bens, serviços e alimentos

Neste item, a pesquisa buscou analisar a aquisição de bens e serviços pelas famílias assentadas após a titulação da terra, considerada um indicador relevante de melhoria na qualidade de vida. O acesso a eletrodomésticos, veículos, equipamentos agrícolas e até aos serviços privados de saúde e educação reflete o fortalecimento da segurança econômica e social dos beneficiários.

Os resultados demonstram que a titulação vai além da consolidação da posse da terra, ampliando a capacidade de consumo e de investimento das famílias, promovendo inclusão e estabilidade. Assim, a aquisição de bens e serviços configura-se como um resultado concreto do Programa Federal de Reforma Agrária via titulação, evidenciando avanços na transformação das condições de vida no meio rural.

No que se refere à aquisição de bens e equipamentos, os dados apontam um cenário de consumo básico e estável. Ou seja, as aquisições foram realizadas antes da regularização fundiária. Apenas 12% dos entrevistados relataram a compra de algum bem e serviço de maior porte após a titulação, concentrando em televisão, celular e acesso a internet, o que reforça o baixo poder de investimento das famílias e a dependência de rendas fixas, conforme apresentado no Gráfico 39 apresentado a seguir.

Gráfico 39: Aquisição de bens e serviços

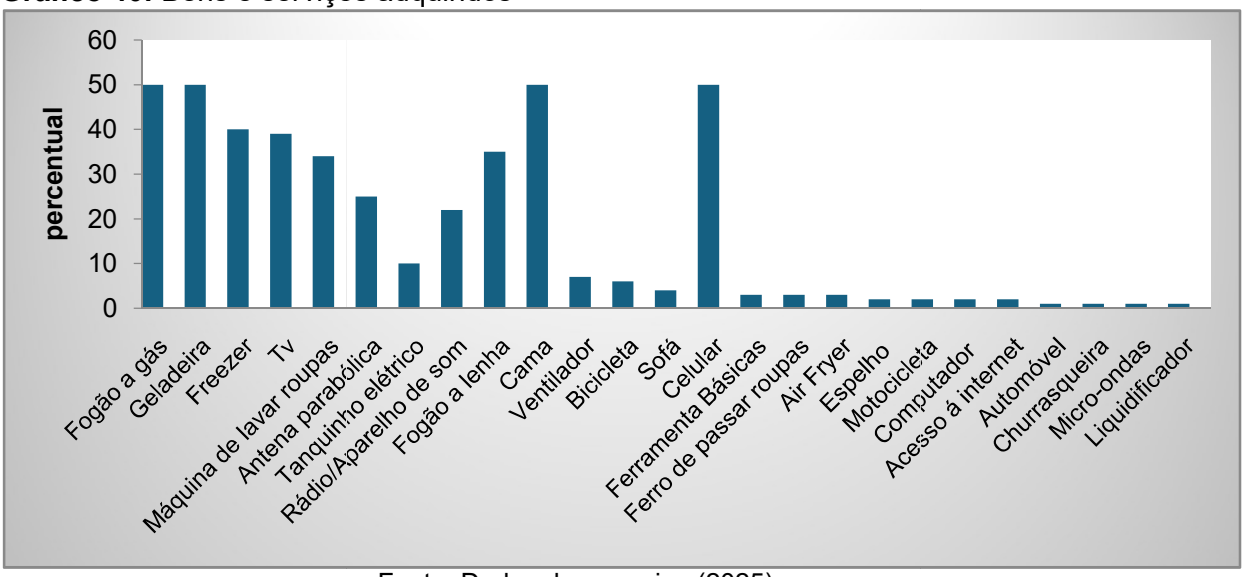


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maior parte das famílias já dispunha de eletrodomésticos essenciais tanto para a sobrevivência, como também para o melhor acondicionamento de sua produção, como fogão a gás, geladeira e freezer. Enquanto itens de maior valor, como veículos automotores e computadores, são pouco acessíveis, conforme Gráfico 40 a seguir.

Os dados indicam ainda que, embora o processo de titulação traga expectativas de progresso econômico, a limitação de crédito e a ausência de políticas de fomento reduzem o impacto potencial dessa conquista patrimonial sobre o consumo e a melhoria do bem-estar familiar.

Gráfico 40: Bens e serviços adquiridos



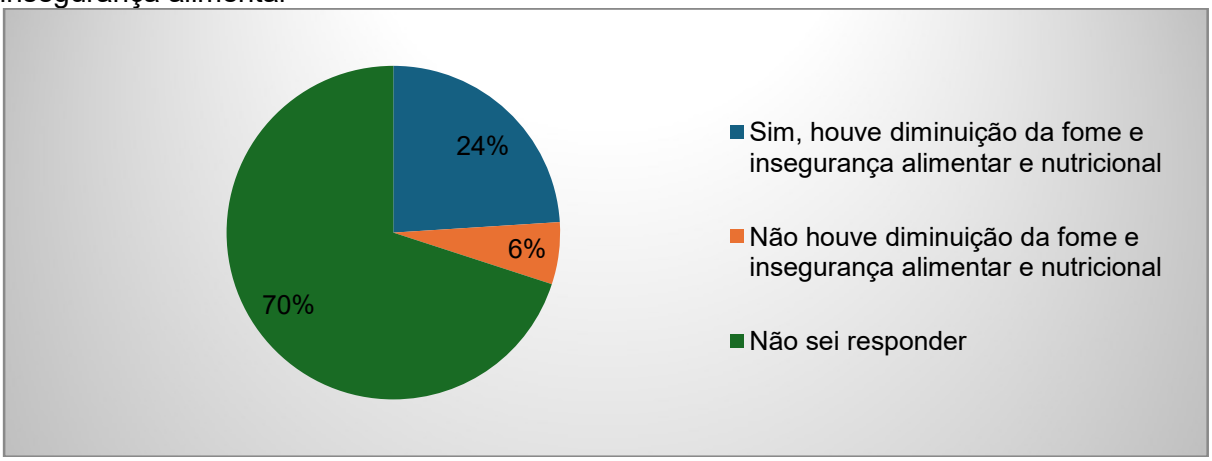
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Questões relacionadas à reprodução social, geração de renda, combate a fome e a insegurança alimentar fazem parte das grandes preocupações tanto dos governos quanto dos assentados. Apesar dos assentamentos rurais serem ocupados por agricultores familiares com forte vocação ao trabalho agrícola, condições adversas muitas vezes impõe fortes desafios quanto à produção, repercutindo na renda e no agravamento da pobreza, que vem acompanhada da fome e da insegurança alimentar.

Contudo, chama à atenção a percepção dos entrevistados quando questionados sobre a relação entre renda, fome e insegurança alimentar, a maioria, composta por 70% dos entrevistados não souberam responder, enquanto 24%

(Gráfico 41) dos assentados afirmaram que dado um aumento na renda houve diminuição da fome e da insegurança alimentar após a titulação. É possível que suas percepções sejam mitigadas uma vez que a prática da agricultura de subsistência e também o espírito de solidariedade entre os assentados permite que se estabeleçam minimamente práticas de economia solidária, comum entre todos os assentados e repercutindo na diminuição da fome e da insegurança alimentar. Contudo, o registro deste dado configura-se como uma importante sinalização para futuros levantamentos e demais ações do poder público.

Gráfico 41: Percepção sobre o impacto da regularização fundiária e da renda na insegurança alimentar



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por fim, os dados revelam que a garantia da segurança alimentar e nutricional não pode ser compreendida como uma variável dependente apenas da renda, mas como um elemento fortemente ancorado na autonomia, independência produtiva e nas redes cooperação e de apoio mútuo.

O elevado índice de repostas inconclusivas reforça a necessidade de novos estudos e levantamentos que considerem as várias faces da fome no campo. Logo, entende-se que a titulação dos lotes necessita ser compreendida não apenas como um ato administrativo, mas como uma ferramenta estratégica que, ao fortalecer a agricultura familiar e a dinamização das economias locais, consolida o direito fundamental à alimentação e direciona ações e políticas mais eficazes para os assentados.

. 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise a partir da pesquisa de campo realizada no Assentamento Estrela Jaraguari, no município de Jaraguari (MS) evidencia um conjunto de resultados que, em sua totalidade, traduzem o alcance e os limites da titulação da terra como instrumento de consolidação da reforma agrária.

Os dados obtidos junto às 50 famílias tituladas permitem afirmar que o processo de regularização fundiária produziu avanços relevantes sob a perspectiva da segurança jurídica, da autonomia simbólica e do sentimento de pertencimento territorial.

A posse legal do lote é percebida pelos beneficiários como um marco de estabilidade e de reconhecimento, eliminando o temor de perda da terra e permitindo o planejamento de longo prazo. Esse efeito subjetivo e social é um dos mais expressivos ganhos decorrentes da titulação, refletindo a importância da política como etapa estruturante do desenvolvimento rural.

Entretanto, a pesquisa também demonstra que a titulação, isoladamente, não foi capaz de provocar transformações estruturais significativas nas dimensões produtiva, econômica e social. Tal constatação reforça a ideia de que a regularização fundiária é condição necessária, mas não suficiente para o fortalecimento da agricultura familiar e para a efetiva redução das desigualdades no campo.

Entre os principais entraves identificados, destacam-se: o baixo acesso ao crédito rural, em razão da burocracia e do medo de endividamento; a fragilidade da assistência técnica, que alcança menos de um terço das famílias; o pouco apoio e incentivo para as mulheres liderarem processos de formação de quintais produtivos, de acesso a linhas de créditos e fomentos exclusivos para mulheres; o baixo nível de mecanização e infraestrutura produtiva, com prevalência de práticas manuais e uso limitado do solo e a restrita inserção nos mercados formais, com predominância de canais informais de comercialização e limitada agregação de valor.

Além disso, a análise demográfica revelou um perfil populacional envelhecido, com predominância de assentados acima dos 55 anos e reduzida participação de jovens adultos, o que aponta para o desafio da sucessão familiar rural. Esse quadro é agravado pela baixa atratividade econômica das atividades agrícolas, tornando

urgente a formulação de políticas que estimulem a permanência da juventude no campo.

Por outro lado, aspectos positivos emergem de forma expressiva no campo socioambiental e de gênero. As práticas sustentáveis adotadas, embora incipientes, demonstram uma crescente consciência ambiental e ecológica entre os agricultores, e quase metade das famílias reconhece avanços no papel das mulheres nas etapas produtivas e comerciais, apesar da fragilidade e ou ausência de políticas públicas específicas de gênero. Esses elementos, ainda que pontuais, indicam potenciais trajetórias de fortalecimento da agricultura familiar sustentável e promotora da inclusão socioprodutiva.

A partir dos resultados obtidos, é possível afirmar que a titulação, ao garantir a segurança jurídica da posse, cria as condições iniciais para o desenvolvimento rural, mas seu êxito depende diretamente da continuidade e da integração de políticas públicas complementares. Nesse sentido, recomenda-se que futuras ações do INCRA e de instituições parceiras considerem os seguintes eixos prioritários de intervenção: i)Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (ATER), com foco na orientação produtiva, ambiental e gerencial das famílias, de forma contínua e territorializada; ii)Desburocratização e ampliação do crédito rural, adaptando linhas de financiamento à realidade econômica dos pequenos produtores e articulando parcerias com instituições financeiras regionais; iii) Incentivo à diversificação e agregação de valor à produção, por meio de capacitação, beneficiamento e incentivo ao acesso a mercados institucionais, como PAA e PNAE; iv)Promoção de políticas habitacionais e de infraestrutura rural, voltadas à melhoria das condições de moradia, transporte, armazenamento e saneamento; v) Apoio à organização coletiva, fomentando associações e cooperativas como mecanismos de comercialização, compra de insumos e fortalecimento político dos agricultores; vi) Estímulo à sucessão rural, com programas de formação e protagonismo juvenil, garantindo a continuidade das atividades produtivas; vii) Incorporação da agenda ambiental e de gênero, integrando práticas sustentáveis, gestão de recursos naturais e valorização do papel das mulheres na produção rural. viii) ATER para mulheres oferecendo apoio e logística em específico para as mães agricultoras.

A implementação coordenada desses eixos pode potencializar os efeitos da regularização fundiária, transformando a titulação em um instrumento de desenvolvimento rural sustentável e inclusivo, e não apenas em um ato formal de transferência de propriedade.

Assim, o relatório conclui que o Assentamento Estrela Jaraguari se encontra em fase intermediária de consolidação: os marcos legais e territoriais da reforma agrária estão assegurados, mas o desenvolvimento socioeconômico pleno ainda depende de políticas de acompanhamento e de fortalecimento institucional.

A continuidade de ações integradas entre INCRA, FAPEC e demais parceiros — unindo diagnóstico, assistência técnica e extensão rural, crédito, infraestrutura e inclusão produtiva — são indispensáveis para garantir que a titulação cumpra sua função social, transformando a segurança jurídica em autonomia econômica, dignidade e qualidade de vida para as famílias assentadas.

Por fim, apesar das limitações da pesquisa no que se refere ao tamanho da amostra, o estudo evidencia a emergência de se avançar em novas alternativas de produção, como a agroecologia e também em atividades pluriativas e solidárias visando à promoção da segurança alimentar e nutricional, a reprodução social, o comércio justo e a construção de políticas públicas mais ajustadas e inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Reforma agrária no Brasil: políticas, desafios e perspectivas**. Brasília: INCRA, 2020.

BRITO, A. P.; LEITE, M. L. S.;CHACON, S. S.. Gênero e soberania alimentar: reflexões acerca da atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.**Conexão Política**,*[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 77–95, 2024. DOI: 10.26694/2317-3254.rcp.v10i2.5356. Disponível em: https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5356

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S.; DEGGERONE, Z. A. Sociologia dos mercados alimentares: revisão e contribuições teóricas e metodológicas recentes. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.29, 2024. ISSN 1982-6745.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CUNHA, J. I. C.; SCHNEIDER, S. TICs, digitalização e comercialização em rede: O caso da rede Xique-Xique/RN. In: Niederle, P., Schneider, S.; CASSOL, A. (Orgs.). **Mercados Alimentares Digitais: Inclusão produtiva, cooperativas e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2021.

ESTIVAL, K. G. S. Trajetórias dos assentamentos da agricultura familiar no Brasil: estudos de caso sobre o modo de vida rural em um assentamento do Sul da Bahia. **Desafio Online**, Campo Grande, v.4, n. 1, art.2, Abril 2016. Disponível em http://www.desafioonline.ufms.br

FERNANDES, B. M. **A formação do campesinato no Brasil:** lições para a reforma agrária. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011

KREMEN,C.; MERENLENDER, A.M. Landscapes that work for biodiversity and people. **Science,** v. 362.n. 6412.p. eaau 6020, 2018.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. de. Da mobilização dos mercados digitais ao fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização: a estratégia de reprodução social da agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento-RS (Brasil). **Contextualizaciones Latinoamericanas**. v. 1, n. 30, p.71-81, 2024.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES RURAIS. 01/04/2026. **Instituto Fome Zero**. Disponível em: https://ifz.org.br/o-papel-das-politicas-publicas-na-transformacao-da-vida-das-mulheres-rurais/

PITALUGA, C. M.; FIGUEREDO, L. F. N. POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO ACESSO AOS MERCADOS ALIMENTARES NO ASSENTAMENTO ESTRELA, MS, BRASIL. In: **XI Congresso Internacional**

APDEA 2025 A Agricultura no centro da Sustentabilidade: Ciência versus Demagogia. 22-24 OUTUBRO, NOVA MEDICAL SCHOOL, LISBOA, PORTUGAL. Disponível em: https://events.iniav.pt/APDEA2025/media/attachments/2025/10/20/programa-final.pdf

PITALUGA, C. M.; LE BOURLEGAT, C. A.; Abastecimento Alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. **Revista Retratos de Assentamentos.** Vol. 25 N.1 de 2022 ISSN: 1516-8182. DOI 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25il.494

PITALUGA, C. M.; KUFF, R. F.; NASCIMENTO, R. S. do. ABASTECIMENTO E MERCADOS ALIMENTARES: ACESSO, DINÂMICAS E CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS ASSENTAMENTOS DE BONITO, MS, BRASIL... In: Anais do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais**...Passo Fundo(RS) UPF, 2025. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/sober2025/1103043-ABASTECIMENTO-E-MERCADOS-ALIMENTARES--ACESSO-DINAMICAS-E-CONSTRUCAO-DE-NOVOS-MERCADOS-PELOS-AGRICULTORES-FAMILI.

SABOURIN, E., SCHNEIDER, S., LOZANO, Y. A. G., GOULET, F., GRISA, C., VISCAY, L., & Sourisseau, J.-M. (2025, June 23). **A importância estratégica da Agricultura Familiar para alimentar o mundo e preservar o planeta.** Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-importancia-estrategica-da-agricultura-familiar-para-alimentar-o-mundo-e-preservar-o-planeta/

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar:** desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93–140. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309202008

SAUNDERS M.; LEWIS P.; THORNHILL A. **Métodos de pesquisa para estudantes de administração**. Oitava edição. Londres: Pearson. 2019.

USHIZIMA, L. Y. Circuitos locais de produção e consumo de alimentos: um olhar sobre o trade turístico de Bonito, MS. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 1, 22 jun. 2018.